

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 10

SESSÃO ORDINÁRIA

26 de JUNHO de 2023

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/09/2023

Revisão
14
10/23

Reduzido
1h
48'

-----Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2023; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

• **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09]; -----

• **Ponto 2** - Apreciação da Consolidação de Contas de 2022; -----

• **Ponto 3** —Regularização de Terrenos na União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha – Barragem de Vale Ferreiros; -----

• **Ponto 4** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Fundo de Financiamento de Descentralização – Área da Educação; -----

• **Ponto 5** - Emissão de Provas de Vida no âmbito da Portaria 54-A/2023, de 27 de fevereiro; -----

• **Ponto 6** - Programa 1.º Direito – Alteração da Estratégia Local de Habitação – Aditamento ao Acordo de Colaboração; -----

• **Ponto 7** - Balanço Social de 2022; -----

• **Ponto 8** - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND); -----

• **Ponto 9** – Proposta de Conclusão do IP2; -----

• **Ponto 10** – Indicação de um membro da Assembleia Municipal do Grupo Municipal do Partido Socialista representado na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude (artigo 4.º da Lei n.º 8/2009, de 12.02) -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

Pedro
M.
401.

- Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----
- Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----
- Luís Miranda Rei;-----
- Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----
- Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----
- Luís João Fernandes Dias; -----
- Ângelo Miguel Jorge Oliveira (*em substituição de João Augusto Leal Leonardo*); -----
- Catarina Patrícia Valente Lopes;-----
- Bernardo Pando da Silva; -----
- Júlio César Rentes Frade; -----
- Presidentes de Junta de Freguesias:**-----
- Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----
- Vitor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----
- Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----
- Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----
- Liliana Maçorano (*em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Horta da Vilarica*); -----
- Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----
- António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----
- José Carlos de Sá Meneses –Freguesia de Torre de Moncorvo; -----
- José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----
- Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----
- Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----
- Patrícia Sofia Teixeira Neto – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----
- Do Partido Socialista (PS):** -----
- José Manuel Rodrigues Aires; -----
- Altina da Glória Lopes Pinto; -----
- Fausto Edmundo Tiago; -----
- Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----
- Diana Cabeleira (*em substituição de Sílvia Maria Póvoa dos Santos*); -----
- Luís Miguel Lopes; -----
- António Júlio Andrade; -----
- Presidente de Junta de Freguesia:**-----
- Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. ----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva – 2.ª Secretária.-----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o Sr. Vice-Presidente Victor Manuel da Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, muito bom dia a todos. -----

Iriamos, então, dar início à sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de junho. -----

Iria proceder à chamada. -----

Da Mesa, estamos todos. Luís Dias, Ângelo Oliveira (está em substituição do deputado João Leonardo), Catarina Lopes, Bernardo Silva, Júlio Frade, Maria Emília Lopes, Vítor Pereira, Francisco Braz, Luísa Ferreira (não está), Liliana Maçorano (está presente em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Horta da Vilariça), Luís Alves, António Martins, José Meneses, José Moreiras, Vítor Vieira (não está), Adriano Martins, Patrícia Neto, José Manuel Aires, Altina Pinto (não está), Fausto Tiago, Diogo Oliveira, Diana Cabeleira (em substituição da Sra. Deputada Sílvia Santos), Luís Lopes, António Júlio Andrade, Luiz Marcelino Lopes. -----

Portanto, temos neste momento vinte e cinco (25) membros, por isso temos elementos suficientes para iniciar a Assembleia. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2023. -----

*M.
C. Dias
M.*

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira (PS)**, **José Aires (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)** e **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de abrir as inscrições, dizer que chegou a deputada Luísa Ferreira. Quem pretende inscrever –se relativamente à ata? Temos três inscrições. -----
Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito bom dia a todos, caros membros do Executivo, caro Presidente da Mesa, caros membros da Mesa, caras e caros deputados, caros membros do público. -----

Eu pretendo fazer um protesto, e que fique também anexo à ata desta Assembleia Municipal.
“Enquanto Deputado Municipal, no primeiro período de intervenção, cujo tempo disponível é de dez minutos, conforme o Regimento...” -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpe, Sr. Deputado, estamos a falar da ata. Não vamos já começar com outros assuntos, estamos no ponto relativo à da ata da sessão anterior. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Então, em que ponto é que posso fazer este protesto? -----

-----**O Presidente de Mesa:** No Ponto n.º 1.3, Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Venho daqui a bocadinho, então. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Bom dia, Sr. Presidente, na sua figura cumprimento toda a gente presente. -----

É só uma pequena correção à ata. No Ponto n.º 6, pág. 51, inscreveram-se para intervir no ponto os deputados José Aires, Bernardo Silva, Diogo Oliveira. Eu também me inscrevi, tanto que na pág. 53, o Sr. Presidente, pelas suas palavras, diz que eu me inscrevi – na linha catorze da pág. 53. -----

Por isso, o que proponho é a alteração ao enunciado da proposta de conclusão do IP2, do Ponto n.º 6, em que inclua também a minha pessoa. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, para se pronunciar sobre a ata. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia a todos. Começo por cumprimentar todos os membros da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, cumprimentar também o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara e restantes Vereadores, o Vereador da Oposição, Adriano Menino, aqui presente, as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, e ainda os funcionários do Município que prestam apoio a esta Assembleia e que estão presentes, e por último, mas não menos importante, cumprimentar também os membros do público. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 41.º do Regimento desta Assembleia Municipal 2021-25, Ponto n.º 2, será considerado faltoso o membro da Assembleia Municipal que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião. -----

Ponto n.º 3: as faltas podem ser justificadas ou injustificadas. -----

Ponto n.º 4: o pedido de justificação de faltas é feito por escrito e dirigido à Mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado. -----

Considerando ainda, nos termos do art.º 43.º, Ponto n.º 1, de cada reunião ou sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas, e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada. -----

Na ata em apreço, em lado nenhum são identificados os membros que se ausentaram definitivamente durante a discussão do Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, antes do termo da reunião, cuja ordem de trabalhos era constituída por oito pontos. -----

Uma vez que a Mesa não faz o trabalho que lhe compete, vou passar a elencar os dezassete membros e Presidentes de Junta da coligação eleitoral PPD-PSD/CDS-PP que se retiraram definitivamente da reunião do passado dia 28 de abril, não permitindo a continuidade dos trabalhos por falta de quórum: Luís João Fernandes Dias, Ângelo Miguel Jorge Oliveira, Afonso de Freitas de Calheiros e Meneses, Bernardo Pando da Silva, Júlio César Rentes Frade. Presidentes de Junta de Freguesia da coligação eleitoral PPD-PSD/CDS-PP: Maria Emília Gonçalves Rego Lopes (Freguesia da Açoreira), Vítor Manuel Queijo Pereira (Freguesia de Cabeça Boa), Francisco António Roque Braz (Freguesia de Carviçais), Luísa Maria Pinto Ferreira (Freguesia de Castedo), Alexandre Correia Martins (Freguesia da Horta da Vilariça), Luís Miguel Cascais Alves (Freguesia de Larinho), António Manuel Martins (Freguesia de Lousa), José Carlos de Sá Meneses (Freguesia de Torre de Moncorvo), José Manuel Moreiras (União de Freguesias de Adeganha e Cardanha), Vítor Manuel Amaro Vieira (União de Freguesias de

1h
Pedro
10/2

Felgar e Souto da Velha), Adriano Luís Mendes Martins (União de Freguesias de Felgueiras e Maçores), Patrícia Sofia Teixeira Neto (União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos). -----

Como se pode constatar na relação da correspondência, apresentada no Ponto n.º 1.2, nenhum dos Srs. Deputados e Presidentes de Junta apresentou pedido de justificação de falta, nos termos do Ponto n.º 4 do art.º 41.º do Regimento, situação que deveria ter ocorrido até ao dia 8 de maio de 2023. -----

Não detalhar na ata os factos ocorridos é um ato administrativo gravíssimo, que só pode ter como finalidade omitir e branquear a verdade. -----

Nos termos das competências atribuídas a V. Exa., do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 2 do art.º 30.º, reforçado pelo n.º 2 do art.º 7.º do Regimento, compete ao Presidente da Assembleia Municipal autorizar e realizar as despesas relativas a senhas de presença e ajudas de custo dos membros da Assembleia Municipal. -----

Assim, peço que esclareça esta Assembleia se autorizou o pagamento das senhas de presença e ajuda de custo aos dezassete membros acima referidos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, acho que não precisa de insultar a Mesa. A Mesa faz o trabalho. Evidentemente, se somos competentes ou incompetentes, depois nos atos eleitorais seremos julgados. Agora, não precisa de sistematicamente pôr em causa a competência das pessoas, porque nunca aqui ninguém pôs em causa a sua competência. Portanto, o senhor será muito competente, nós somos o que somos – nós, Mesa. -----

Aliás, não é a primeira vez que o senhor traz à colação essas situações. Nunca ninguém perguntou aqui, por exemplo, qual é a sua profissão, o que é que o senhor faz, quais são as suas habilitações académicas. Você já sistematicamente veio dizer que eu sou licenciado em Direito – já agora, acrescento, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Eu acho que não é necessário isso, acho que o bom trato não necessita desses apartes, dessas coisas que, efetivamente, só criam mau ambiente entre as pessoas. -----

Quanto aos pagamentos, na próxima Assembleia será comunicado. -----

Faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, vou contextualizar o que se passou na última reunião, desculpe lá, que é para defender a minha honra. -----

Ora bem, o Ponto n.º 6 foi apresentado pelo Sr. Presidente – estou na ata, na pág. 52 da ata, para aí na linha catorze ou quinze. Vou citar o Sr. Presidente de Câmara, que diz: *“Eu aqui pedia aos Srs. Deputados até para interagirmos um bocadinho, porque é importante demais para estarmos à espera que um venha aqui, e outro venha cá, e depois, se conseguirmos fazer um*

resumo disto para enviar aos diversos Ministérios, que pudesse ser feito, se concordarmos com isso. E depois, claro, cada um falaria o que quisesse no final. -----

Ou seja, como estava cá um técnico do Município, que estamos a pagar o seu tempo para fazer a sua função – o pouco do seu tempo, já que era Chefe de Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas – para não perdermos o tempo do técnico e o nosso próprio tempo, poderíamos ter-nos cingido a questões claras – eu, por exemplo, tinha três ou quatro, que vou colocar hoje, se me permitirem – e não fazer aqui chicana política, que é o que já estamos habituados por parte da Bancada do PS. Podiam limitar-se ao ponto, falar sobre o IP2, quais as grandes vantagens que o IP2 tem para a região, mas, em vez disso, o que se fez foi fazer política de achincalhar. -----

Posto isto, claro que nós, em ação de protesto, levantámo-nos e saímos. Eu só saí desta Assembleia depois de o Sr. Presidente ter dito – e vou passar a citar, na pág. 56: “*Não há quórum, a sessão está interrompida.*” E se está interrompida, eu saí para ir aos lavabos. Provavelmente toda a Bancada do PSD/CDS foi aos lavabos, ou teve um telefonema importante para atender. Mas, acima de tudo, foi uma ação de protesto. -----

Para concluir, Sr. Presidente, eu estava cá antes de o Sr. Presidente ter interrompido a sessão. Com licença. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Francisco Braz, se faz favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Câmara, restante Executivo, membros da Assembleia de ambas as Bancadas, público, funcionários, Sr. Vereador, muito bom dia. -----

Eu não venho aqui discutir a ata, simplesmente elucidar, porque o deputado José Aires veio aqui e falou no meu nome, e vai deixar um documento certamente apenso à ata de hoje. É só no sentido de corrigir, o meu nome será “Roque”, não “Roques”. E já agora, é “Braz” com “z”, não sei se escreveu com “z”, ou não. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires, nos termos do art.º 34.º. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Dizer apenas a esta Assembleia e ao deputado Luís João, em sequência da defesa da honra por ele solicitada, que os atos falam mais alto do que as palavras, e neste caso, as palavras que acabou de elencar aqui só confirmam os atos. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Iríamos passar à votação. Não votam os Srs. Deputados Catarina Lopes, Liliana Maçorano e Altina Pinto. -----

A propósito da deputada Altina Pinto, que acabou de entrar, dizer que também chegou o Sr. Deputado Vítor Vieira. Neste momento, estão presentes os vinte e oito (28) membros da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo. -----

Votos a favor? Votos contra? Três (3) votos. Abstenções? Desculpem lá, não votaram todos. Foi aprovada a ata do dia 28 de abril, com vinte e dois (22) votos a favor, e três (3) votos contra. ----
Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

----- **Declaração de voto, Assembleia Municipal de 26 de junho de 2023:** -----

“Considerando que nos termos do art.º 41.º do Regimento desta Assembleia Municipal 2021-2025: -----

Ponto n.º 2, será considerado faltoso o membro da Assembleia Municipal que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião. -----

Ponto n.º 3: as faltas podem ser justificadas ou injustificadas. -----

Ponto n.º 4: o pedido de justificação de faltas é feito por escrito e dirigido à Mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado. -----

Considerando ainda, nos termos do art.º 43.º, Ponto n.º 1, de cada reunião ou sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas, e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada. -----

Na ata em apreço em lado nenhum são identificados os dezassete membros da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP que se ausentaram definitivamente durante a discussão do Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, antes do termo da reunião, cuja ordem de trabalhos era constituída por oito pontos. -----

A ata não cumpre o Regimento. -----

Pelos motivos expostos, venho justificar o meu voto contra. -----

O deputado municipal, -----

José Manuel Rodrigues Aires” -----

E irei entregar na Mesa. -----

E, Sr. Presidente, como não fiquei esclarecido, queria também, ao abrigo do art.º 33.º, queria apresentar um requerimento sobre o assunto que acabámos de analisar, à Mesa. -----

-----O Presidente de Mesa: Sim, senhor, faça favor. -----

-----O Deputado José Aires: -----

----- **Requerimento n.º 06/2023:** -----

“Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

Data: 26 de junho de 2023 -----

Assunto: Senhas de presença e ajudas de custo -----

“No uso das competências próprias da Assembleia Municipal, alíneas a), d) e f) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no art.º 5.º e no n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que regula o regime de acesso à informação administrativa e aos documentos administrativos, solicitam-se os seguintes documentos: -----

1. Autorização do Presidente da Mesa relativa ao pagamento das senhas de presença e ajudas de custo aos membros da Assembleia Municipal da reunião ordinária de 28 de abril de 2023 e recibos dos pagamentos efetuados. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

E irei entregar na Mesa. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

Passaríamos, então, ao Ponto n.º 1.2, Informação de correspondência. -----

A correspondência está ali para consulta, penso que já todos viram. -----

Permitam-me só dar uma informação, e felicitar um conterrâneo nosso. No passado dia 20 de junho decorreu, em Tarouca, a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro. Penso que é do conhecimento de todos o que eu vou dizer, mas acho que ficaria bem a esta Assembleia, neste caso na pessoa do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, dar os parabéns ao nosso conterrâneo João Manuel Rodrigues, que assumiu funções de 1.º Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade da CIMDouro. A CIM reconheceu ao João Manuel Rodrigues a sua competência, e foi proposto pelo Conselho Intermunicipal, e aprovado na Assembleia Intermunicipal. -----

Portanto, ao João Rodrigues, os nossos parabéns e felicidades no desempenho desse cargo. --

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, com 22 votos a favor e 3 votos contra (dos deputados António Júlio Andrade, Diogo Oliveira e José Aires), aprovar a “Ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2023”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 79/2023 a 119/2023 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** A correspondência está ali para consulta, penso que já todos viram.

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira(PS)**, **José Meneses** (Coligação PSD/CDS), **José Aires (PS)**, **Luís Lopes (PS)**, **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Martins** (Coligação PSD/CDS) e **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS). --

-----**O Presidente de Mesa:** Quem pretende intervir? Dou a palavra ao Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

“Venho por este meio apresentar o meu veemente protesto tendo em conta os seguintes factos: Enquanto Deputado Municipal, no primeiro período de intervenção, cujo tempo disponível é de dez minutos, conforme o Regimento proposto pelo Presidente da Assembleia Municipal aprovado no início deste mandato, pretendi usar da palavra cumprindo um direito que me assiste. ----- Comecei por fazer um enquadramento do tema em questão, que constituiu em enaltecer alguns registos importantes de progresso que se verificou a nível nacional e no nosso concelho, e que se difundiram a nível local a partir do ano de 1986, ano em que se iniciaram as obras do IP2. ---

Podemos até questionar-nos se estaríamos na presença de uma tentativa de bullying em plena Assembleia Municipal, tal qual o tem feito, repetidamente, o atual Presidente da Câmara, atitudes essas que constam em ata(s). -----

A Lei fundamental do nosso país, consagrada na Constituição da República Portuguesa, confere direitos e deveres que se sobrepõem a qualquer outra Lei ou mero Regimento aprovado em Assembleia Municipal, o qual, em particular, não contém, in casu, qualquer artigo ou alínea que obriguem a que um discurso ou um debate tenham início com o uso obrigatório do tema em questão. Facilmente se compreenderá a necessidade de um prévio enquadramento contextual para a abordagem percetiva de um tema. -----

De acordo com o n.º 1 do art.º 13.º da Constituição da República Portuguesa, “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei”. Não obstante, de acordo com o n.º 1 do art.º 37.º é referido que todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações. No mesmo artigo é referido que o exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura. Daqui, percebe-se que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não tem o direito de interromper quando quer, só porque lhe apetece, ou o discurso não vai ao encontro daquilo que quer ouvir, mesmo que de factos se tratem, como foi o caso. -----

Tendo em conta o reportado, assim como o facto de o Sr. Presidente da Câmara ter referido que o assunto do IP2 ser algo tão importante, e de um momento para o outro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não parar de interromper incansavelmente o período de intervenção, é caso para nos questionarmos se, afinal, estamos perante, em vez de uma Coligação “Por Moncorvo Continuamos”, ou estamos perante uma coligação “Por Moncorvo às vezes Continuamos”, revelando falta de compromisso com a população.” -----

Muito obrigado. Entrego desta forma este voto de protesto à Mesa, para que fique anexo à ata.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo, Srs. Deputados, Presidentes de Junta, estimado público, funcionários. -----

Relativamente àquilo que aconteceu na última Assembleia, e em referência ao ponto em questão, que era de uma tomada de conhecimento – nem era um ponto que ia ser votado – de facto, os elementos que se levantaram foi num sinal de protesto, num sentido solidário com o Sr. Presidente da Assembleia, devido a uma falta, de facto, de consideração por parte de um

deputado. E o Regimento cumpriu-se – aliás, eu sempre vi da sua parte a cumprir na exaustão o Regimento que votámos, e que faz parte desta casa. -----

Aquilo que, por vezes, acho que deveriam aproveitar, algumas pessoas que fazem parte deste mandato também, é trazer ideias e propostas para esta Assembleia. Às vezes alimentam mais vaidades e egos do que propriamente fazer uma política concisa, uma política para o território. Mas, isso também fica na consciência de cada um, porque também somos todos livres de o pensar e de o fazer. -----

Queria também informar aqui esta Assembleia, e com certeza que algumas pessoas terão conhecimento, mais da Bancada do Partido Socialista, relativamente a sucessivas denúncias anónimas para vários institutos, para vários locais, relativamente à minha pessoa. A última foi para o Tribunal de Contas, sobre ser Presidente de Junta, sobre ser empresário agrícola, sobre ser Chefe de Gabinete. Já foi respondido em conformidade. -----

Aquilo que me parece é que para algumas pessoas do Partido Socialista, parece que é crime criarmos postos de trabalho. Fica também na vossa consciência – claro que não é para todos, será para alguns. -----

Outra denúncia anónima foi para a APA, para Mirandela, relativamente ao Parque de Merendas. O SEPNA foi ao local, e nós também entregámos o próprio documento da APA, a dar-nos autorização. Por isso, também está resolvida. Eu acho que há outras maneiras de pensarmos o território. Se esta vai ser a estratégia, cá estaremos para nos defender. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra o Sr. Deputado José Aires.

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não era necessário vir chamar à atenção de V. Exa., mas tenho de o fazer. -----

Verifica-se que a ata da reunião da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2023 se encontra publicada no sítio eletrónico do Município, na pasta do ano de 2022. Recomenda-se maior cuidado e exigência por parte dos serviços do Município que dão apoio a este órgão municipal, órgão que deve ser tratado com respeito e dignidade. -----

E não posso deixar de vos informar sobre os desenvolvimentos da novela “Atribuições deste deputado municipal na obtenção de esclarecimentos do processo “Letering Monobloco – Torre de Moncorvo”, instalado na entrada da Vila de Torre de Moncorvo, em frente ao acesso ao IP2, adjudicado por consulta prévia a Madalena Sofia Pires Martins Bento, no âmbito do Código da Contratação Pública. -----

Na reunião passada, dei conhecimento a esta Assembleia Municipal sobre a dificuldade na obtenção de esclarecimentos e consulta deste processo, pese embora o parecer da Comissão

de Acesso aos Documentos Administrativos e resposta dada pelo Presidente da Câmara a essa mesma comissão, os entraves e diatribes continuaram e passamos ao episódio dois - falta de transparência da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. -----

Não vos queria maçar, mas é importante relembrar a linha temporal das diligências por mim efetuadas para a consulta do dito processo: -----

18 de fevereiro de 2022, requerimento verbal apresentado na reunião desta Assembleia Municipal, solicitando os documentos e os projetos efetuados. -----

30 de junho de 2022, entrega na Mesa do Requerimento n.º 15/2022. -----

30 de setembro de 2022, leitura do Requerimento n.º 15/2022, para constar da ata da Assembleia Municipal. -----

27 de fevereiro de 2023, envio do Requerimento n.º 1/2023 ao Presidente da Assembleia Municipal, reiterando o pedido do Requerimento n.º 15/2022. -----

31 de março de 2023, envio de queixa à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. -----

20 de abril de 2023, envio pela CADA da resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, aguarda-se que o queixoso agende data e hora para, no local, poder consultar os documentos pretendidos. -----

24 de abril de 2023, solicitei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no Requerimento n.º 2/2023, a consulta do processo na parte da tarde, depois da reunião de 28 de abril. Não tendo obtido qualquer resposta, por volta das quinze dirigi-me à Câmara Municipal para falar com a Dra. Lúcia Pissarro, mas tal não foi possível porque se encontrava ausente. Fui recebido pela funcionária que se encontrava no seu gabinete, que me sugeriu falar com a dirigente intermédia de 3.º grau da Unidade Orgânica de Gestão Financeira, Dra. Sónia Faustino. A Dra. Sónia Faustino informou-me que o assunto não estava com ela, nem tinha acesso ao despacho emitido pelo Sr. Presidente da Câmara, e que me devia dirigir à Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas, chefiada pelo Eng.º Jorge Afeto. Assim fiz, saí dos Paços do Concelho e dirigi-me ao edifício onde funciona a referida Divisão. Aí falei com a funcionária Ester Meireles, que tentou contactar o Eng.º Jorge Afeto, mas sem sucesso. Fui informado que se encontrava no exterior e incontactável. Decidi, por isso, dirigir-me ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, onde fui recebido pela sua secretária, Sra. Paula Braz. Indiquei que me encontrava ali para consultar o processo, no seguimento da alegação do Sr. Presidente na reunião ordinária de 28 de abril, em que teria emitido um despacho no dia anterior a autorizar a consulta. Sugeriu-me que falasse com a Dra. Lúcia ou com a Dra. Sónia. Relatei o ocorrido, e na sequência, ela própria tentou contactar o Eng.º Jorge Afeto, mas mais uma vez a tentativa foi infrutífera. Pedi-me para aguardar e estabeleceu contacto com a Dra. Sónia, após o qual me informou que iria

1h
Pedro
M.

tomar nota do sucedido e que iria ser contactado com a máxima brevidade, para que a consulta se pudesse realizar. -----

Constatei que na Câmara Municipal não havia quem me esclarecesse, e com competência para tratar de um assunto tão simples: acesso a informação a que um deputado municipal tem direito, de acordo com as suas competências legais. Entrei com a expectativa de ter acesso ao processo e finalmente poder consultá-lo; saí com a certeza de que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Diretores Municipais não respeitam nem fazem respeitar os deputados municipais. -----

Entretanto, fui até ao café ter com amigos e familiares, e para minha surpresa, o Sr. Engenheiro, Chefe de Divisão, dirigiu-se à minha pessoa, dizendo que me ia enviar um *e-mail* informando quem eu devia contactar para aceder ao processo. Transmiti-lhe que contava estar em Moncorvo na terça-feira seguinte, dia 2 de maio – um parêntesis para recordar que 1 de maio foi feriado – e tinha toda a conveniência se me pudesse ser facultada a consulta do processo durante esse dia. Sabem a que horas do dia 2 de maio o Sr. Engenheiro enviou o *e-mail*? Às dezasseis e trinta, a trinta minutos do fecho dos serviços camarários. Para bom entendedor meia palavra basta. --- E para um bom final, vou ler na íntegra o texto do *e-mail*: -----

*“Exmo. Sr. Deputado Municipal, José Manuel Rodrigues Aires, -----
Nos termos do seu Requerimento n.º 2/2023, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e de acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 27 de janeiro de 2023, informo que pode consultar o processo durante o horário de expediente (09h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira), no Gabinete da Contratação Pública do Município, junto da Eng.ª Marina Cavalheiro Amaral. -----*

Para o efeito, poderá efetuar a marcação prévia do dia e da hora diretamente para a Eng.ª Marina ou para mim.” -----

Não bate a cara com a careta, só podem andar a brincar. Afinal, havia um despacho do Presidente da Câmara, de 27 de janeiro de 2023, e ninguém tinha conhecimento? Como é que um requerimento de 24 de abril tem despacho do Presidente da Câmara três meses antes? Os malabarismos e a falta de seriedade demonstram bem a falta de autoridade do Presidente da Câmara Municipal, que emite um despacho que ninguém cumpre. -----

Passados dezasseis meses, repito, ao fim de um ano e quatro meses, está finalmente agendada a consulta do processo para hoje à tarde, já confirmada pela Eng.ª Marina Amaral. A ver vamos, como diria o ceguinho. -----

Disse. E vou entregar à Mesa cópia do referido *e-mail*, para ser apenso à ata. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu pedia que cumprissem o tempo. -----

Sr. Deputado Bernardo, prescinda? Sr. Deputado Luís Lopes -----

Pedro
M

-----**O Deputado Luís Lopes:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Presidentes de Junta, deputados municipais, público, funcionários do Município. -----

Hoje, relativamente a este ponto, assuntos de interesse para o Município, vou realçar uma qualidade de um ser humano que ao longo da última década esteve à frente dos interesses do nosso concelho. Falo-vos do nosso Presidente da Câmara. Sr. Presidente, como ser humano que é, tem defeitos e qualidades como qualquer um de nós. Como disse no início, vou focar-me numa das qualidades que V. Exa. tem, não porque está a chegar ao fim do mandato – se não chegou já – mas porque merece reconhecimento da minha parte -----

Sr. Presidente, a qualidade que, na minha opinião, tem, e poucos conseguirão acompanhá-lo, é na área do entretenimento. Não entenda isto como uma crítica negativa, que não é. -----

Nos últimos meses, ficou de conhecimento público o novo traçado do IP2 no nosso concelho, um dos assuntos de maior interesse para o Município nos últimos tempos. Você sabe tão bem quanto eu que esta obra tem de ser feita obrigatoriamente. E o que é que o senhor fez? Em vez de nos explicar e de nos pôr ao corrente do que se estava a passar, não, preferiu arranjar uns minutos de entretenimento e chamar a televisão para ter uns minutos de direito de antena, para dizer que é inadmissível que o primeiro troço a ser lançado seja o último a não estar concluído. Sr. Presidente, eu concordo consigo quando diz isso, concordo; então com a questão da cheia milenar ainda concordo mais. Mas, ao fim de trinta e quatro anos, depois de saber que o traçado está decidido, que a obra vai e tem que avançar, vem V. Exa. para a televisão dar um momento de entretenimento para que seja passada para segundo plano a vergonha que se passou na última Assembleia Municipal. Aí já não concordo consigo. -----

Esta situação fez-me lembrar a conversa entre uma mãe e uma filha, em que a mãe diz à filha: "Minha filha, em vez de chamar ele a ti, chama tu primeiro a ele." -----

Como ainda tenho algum tempo, e ainda dentro deste assunto de interesse para o Município, concordará comigo que também é inadmissível que ao fim de mais de dez anos, e depois de ter gasto mais de 100.000.000€, não tenha praticamente feito nenhuma obra estruturante para o concelho. Isso é que é inadmissível. E mais, você está sempre contra o Governo do PS; dê-se por feliz em ser um autarca do PSD que este Governo mais tem ajudado. Sabe bem que isso é verdade, e em todos os aspetos. Se não fosse o Governo do PS, o concelho não tinha duas obras importantes que estão a decorrer, e as únicas: recuperação da Escola Secundária e o Programa "Primeiro Direito". -----

Para terminar, Sr. Presidente, dizer-lhe que, como sabe, os interesses do Município de Torre de Moncorvo, enquanto tivemos Governos do PSD, foram sempre deixados para segundo plano – falo-lhe, por exemplo, do encerramento da ferrovia, onde aquele que um dia você apelidou de

Th
Pedro
M

“coveiro do interior” fez o favor de encerrar. E é agora o Governo do PS que está a trabalhar para que algumas dessas vias férreas sejam reabertas, e outras construídas de raiz. -----
Neste sentido, Sr. Presidente, peço-lhe, se tiver oportunidade, no dia 3 de julho, às dezassete e trinta, vá assistir aos trabalhos que decorrerão na Câmara Municipal do Porto sobre o tema “A linha de alta velocidade Porto – Madrid via Trás-os-Montes, Castilla y León. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Um dos assuntos é rápido, por isso vou começar por ele – rápido, e se calhar o mais importante para o dia a dia da população. -----

Congratulo-me por ter aberto mais uma vez as piscinas municipais descobertas. Já no passado propus, e volto a propor, se era possível, para fins de continuidade da formação que é dada na piscina coberta, abrir uma hora mais cedo, por exemplo – eu sei que é difícil devido aos recursos humanos, mas para se voltar a ponderar a situação de haver aulas de formação nas piscinas descobertas. -----

O caso de interesse do Município que a maior parte dos antecessores aqui no palanque trouxeram é o caso que surgiu na última reunião, no ponto da proposta do IP2. Ainda sobre esse caso, o IP2 não está construído só em Moncorvo; Portalegre, Évora, Beja, o IP2 passa no centro destas cidades, e aldeias mesmo, como Fortios, Portalegre, em que tem semáforos de cinquenta à hora. Por isso, o problema não é só do Município de Moncorvo. -----

Também já referi nesta Assembleia, duas ou três sessões atrás, que era bom que a Câmara de Moncorvo liderasse um eixo, que poderia ser “Eixo IP2”, em que juntasse todos os Municípios do interior para concertarem estratégias, concertarem propostas junto do Governo Central para a melhoria do interior. -----

Com os Governos do PS, a situação piora no interior, porque o interior não tem votos, o PS é a caça ao voto do costume, o que importa é Lisboa, Porto e pouco mais – Braga, por exemplo, onde há muitos votos. O interior, claro que não é atraente para o Partido Socialista. Falam em escolas, falam em habitação, o hospital, deixaram-no fugir, a universidade, deixaram-na fugir. A culpa não é do autarca que estava no presente em Moncorvo, mas, para variar, do Governo Central, porque pode mudar de PS para PSD aqui no local, mas o que importa é a vontade política de Lisboa. -----

E para tal, volto a sublinhar, proponha que o Município liderasse um movimento intermunicipal em que o IP2 podia ser a marca para reivindicar mais direitos para o interior. -----

Do ponto que na última sessão criou a interrupção da sessão, eu só queria lembrar como é que se pode avaliar que alguém saiu definitivamente de um local, tem de comunicar pelo menos à Mesa, para a Mesa ser informada que aquela pessoa saiu definitivamente de um local. Senão, nunca é definitivo. -----

Concluí, obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Martins. -----

-----**O Deputado António Martins:** Bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, restantes membros, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sr. Vereador Adriano Menino, Srs. Deputados, caros Presidentes de Junta, público, funcionários da autarquia aqui presentes. -----
Eu não venho aqui fazer política; venho só transmitir o que ocorreu na Freguesia da Lousa, consequência das trovoadas. Nós tivemos três durante este período, ou seja, durante a primeira quinzena de junho tivemos três – uma no dia 30 de maio, outra no dia 3 de junho, e a última no dia 12. Os grandes estragos foram a vinha, nuns sítios mais do que noutros, os taludes – taludes, muros e socalcos – e também os caminhos, vocês não imaginam o estado em que eles ficaram – nem todos, porque a trovoada não atingiu simultaneamente todo o território; centrou-se essencialmente e repetidamente na parte sudoeste – portanto, ali naquela zona da Cadima, na fronteira com o Concelho de Carrazeda e Freguesia de Vilarinho, e depois na zona mais alta ali da Parada/Salgueira, foram os maiores prejuízos na vinha. Os caminhos foram praticamente em todo o lado. -----

Também na própria zona urbana da freguesia, no dia 12, só visto, fez cinco ou seis buracos na calçada, que levou tudo por ali abaixo. -----

Portanto, eu queria aqui agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o apoio que nos deu, principalmente na segunda trovoada, porque em pleno domingo tivemos que mandar limpar a estrada da Lousa ao rio Douro, e ele acompanhou comigo e com o pessoal interveniente da Proteção Civil todos os trabalhos, que foram bastantes. -----

Depois, a Junta fez saber, comunicou oficialmente o assunto à Câmara e à Direção Regional de Agricultura do Norte. A Câmara já está a fazer o levantamento dos prejuízos. Um pequeno reparo, Sr. Presidente, podíamos ter sido um bocadinho mais céleres. Mas, pronto, a burocracia às vezes evita esta celeridade. -----

Uma última palavra sobre este assunto à comissão que gere a niveladora, a quem expus o assunto, e eles disponibilizaram-se para nos ceder a dita durante uma semana. Azar da Lousa, azar das outras freguesias, ao fim de dois dias e meio, a niveladora avariou. -----

Outro assunto que eu queria aqui trazer e que penso que todos sabemos pois foi publicada uma sondagem há pouco tempo sobre a apreciação da população relativamente às instituições, em

que aparece em primeiro lugar a polícia, em segundo as Forças Armadas, e em terceiro lugar – imaginem – as freguesias. Portanto, eu estou duplamente satisfeito com isto: por um lado, sou militar, como todos sabem, pertenci e ainda tenho muita estima pelas Forças Armadas, e também sou Presidente de Junta. Portanto, foi para mim muito satisfatório eu incluir-me no conjunto das freguesias que receberam a menção de confiança da população, em terceiro lugar. -----
É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Dizer que lamentavelmente não foi só na Freguesia da Lousa que os prejuízos são avultados, na Freguesia de Vila Nova de Foz Coa também foram imensos. -----

Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os meus cumprimentos a V. Exa. e à Mesa, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, público, funcionários e caros colegas Vereadores, e Vice-presidente. -----

Bom, o que é que podemos dizer disto? Começando pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que no dia 12, nesse próprio dia, contactei com a Proteção Civil, todos os meios foram para a Lousa, para ficarem em ordem os caminhos e poderem ser transitáveis. -----

Também tenho que lhe dizer, Sr. Presidente, que lamentavelmente algumas situações poderiam ser obstadas, não fosse, muitas vezes, alguns proprietários de vinhas conseguirem até tirar o suporte das estradas para terem mais meia dúzia de videiras. E esse também é um problema e foi um problema que nós verificámos, e que tivemos que também enviar um ofício para a Junta de Freguesia, como bem sabe. -----

Dizer também que poderíamos ser mais rápidos, mas não demorou vinte e quatro horas a fazer a limpeza, e depois, estava já a ser feito, na primeira trovoadas, pelos serviços da Câmara o levantamento dos caminhos de Carviçais, União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, Açoreira e Cabeça Boa. E no dia 23 de junho foi efetuada a visita à Lousa, com os técnicos, sendo que a própria Direção Regional de Agricultura já o tinha feito em cooperação com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia. -----

Sr. Deputado Luís João, obviamente que estamos disponíveis para esse movimento do IP2. A grande questão aqui – e eu não me queria alongar muito, porque temos aqui um ponto, e eu espero ainda estar aqui nesta Assembleia, uma vez que impreterivelmente ao meio dia e meia vou sair para uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente – dizer-vos que o IP2 constava como uma estrada prioritária e da rede de mobilidade europeia. Curiosamente, já foi este Governo que retirou o IP2 da mobilidade europeia, e passou para uma mobilidade nacional. E isto é aquilo que o Sr. Deputado Luís Lopes dizia obstar a que a decisão do Tribunal de Contas

Beatus

Europeu possa ser desde logo cumprida em alguns territórios, nomeadamente no do Município de Torre de Moncorvo. -----

Dizer também que – e aqui, respondo-vos aos dois – que é importante que o traçado do IP2 fique completo. É importante que este, ou qualquer outro Governo que venha, perceba que aquele é um traçado em que grande parte do investimento foi efetuado com dinheiros públicos europeus, e também que pertence à rede europeia de mobilidade. E mais, para além da rede europeia, no nosso caso, para a rede transfronteiriça. -----

O que é curioso é que o que era o traçado E802 – lá está, o “e” de Europa – passou para N102. Este é que é o problema. E para que não haja dúvidas até ao final deste ponto, e onde será discutido, é que o que o Executivo fez foi trazer para aqui um traçado que foi feito, ou proposto pelo concessionário, cuja concessão também lhe foi retirada desde o Pocinho até à Junqueira. Apesar de constar na concessão, foi-lhe retirado. -----

E portanto, por causa de obviar à cheia milenar, o concessionário o que fez foi entregar uma proposta – uma proposta que, para andarmos à frente, o Executivo decidiu que não queria saber de outras propostas, nós aceitamos que seja essa. E portanto, veio para conhecimento da Assembleia Municipal. Depois, as dotações são quando houver um estudo de viabilidade que seja rentável, que seja até financiado. E aí, sim, temos que vir aqui, e as pessoas são consultadas. Agora é só para termos aqui uma base de apoio que nos diz que escusam de andar com outros estudos, nós aceitamos a proposta do concessionário. E essa é a situação, única e exclusiva. -----

E aqui, se tem sido falado ao longo destes dez anos, também se deve a diversas perguntas que o Sr. Deputado António Júlio Andrade aqui fazia, e sempre se foi questionando. -----

O que nós não tínhamos, e que nos veio dar força, foi o parecer do Tribunal de Contas Europeu, e a necessidade de os troços de mobilidade europeia estarem concluídos até 30 de junho de 2030. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, eu agradeço-lhe sempre as suas intervenções, efetivamente foi das poucas, tirando a do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e do Sr. Deputado, que é, efetivamente, de interesse relevante para o Município, e está no ponto adequado. O que eu não percebi é este seu contrassenso: não há obras estruturais, mas tenho que agradecer ao PS as grandes obras importantes que estão a realizar no concelho. Bom, mas não há ou há? -----

Mas, mesmo essas obras importantes, e que teve o condão de aqui trazer ao palco, foram a escola, e não foram apoiadas pelo anterior Executivo na Câmara, do PS, porque dizia que não havia necessidade de gastar tanto dinheiro para o número de crianças que temos – cujo grande apoio, e o fortalecimento desse apoio na Câmara Municipal, também era da parte do Sr. Deputado que era o Presidente da Comissão Política do PS, e portanto, o que eles estariam ali a dizer seria também dimanado pelos órgãos partidários. Eu sei que não se revê nisso, eu sei

15.
Pedro
M.

que não se revê, mas a verdade é que tem que tirar estas conclusões, que os cerca de 4.000.000€ que o Município está a investir – cerca de 4.000.000€, tem lá dois milhões, oitocentos e tal, mais 1.100.000€ que tem do pavilhão, tem de contar os dois, fora o que virá nos anos seguintes. -----

Portanto, estamos a falar disso, e vamos ficar ali com um grande equipamento e em condições para receber as crianças do concelho, disso não temos a menor dúvida. Portanto, só por isso, já valeu a pena. -----

Quanto ao resto, não são assuntos de interesse relevante para o Município, não tenho que responder. -----

E ao Sr. Deputado José Aires, que tanto gosta de vir trazer à colação assuntos bem fundamentados juridicamente, respondo-lhe só que as críticas que me fez estão plasmadas na pág. 25 da última ata da reunião da Assembleia Municipal – provavelmente é por isso que votou contra, porque não estando plasmadas nesta ata, o senhor tinha dito que poderia ser a sua palavra, e poderíamos ter que acreditar nela. Mas, não, foi respondido as vezes que foi lá, por que é que uma vez saiu de junto do Chefe de Divisão, e que lhe foi dito naquela Assembleia que eu tinha despachado, e que deveria ir lá. O que o senhor não disse foi que quis ver naquela altura, naquele dia, porque lhe interessava, matava dois coelhos com uma cajadada só, porque tinha vindo à Assembleia Municipal e ia também ver o processo, o que vai fazer hoje. E portanto, esse, sim, é um “dois em um”. -----

Portanto, Sr. Deputado, até lhe podemos dizer, o senhor até é remunerado para vir ver processos. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Passávamos, então, ao Período da ordem do dia. -----

Temos dez pontos. E começamos pelo primeiro ponto, Ponto n.º 1, Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. -----

Dava-lhe novamente a palavra. -----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira (PS)**, **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Fausto Tiago (PS)**, **José Aires (PS)** e **António Júlio Andrade (PS)**. ---

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu gostaria aqui de salientar dois ou três aspetos que são fundamentais para aquilo que ocorreu neste período. -----

Em primeiro lugar, todos sabem que eu tenho um carinho muito especial por esta associação, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo, e regozijar-me, e regozijarmo-nos todos (penso eu) pelos noventa anos que esta associação comemorou. -----

Na altura em que estamos a finalizar o CLDS-4G, tenho também que dar aqui os parabéns, quer ao Dia da Família, que foi um sucesso no Parque Verde Eng.º Aires Ferreira, quer agora no Fluviário "Giant Aquarium", que trouxe imensas pessoas aqui, e muitas de fora do Município, com autocarros de Municípios que eu vi a virem ver esse evento. -----

Dizer também, e congratular os Srs. Deputados quando votaram a favor da adesão do Município de Torre de Moncorvo à Cidade Europeia do Vinho. Foi, sem dúvida, ver mais além, e proporcionou que este conjunto de dezanove Municípios que lideraram este processo, que foram disputar com outras cidades europeias, a Bruxelas, o título de "Cidade Europeia do Vinho", temos já como resultados que, este ano, já vários agrupamentos de Municípios e associações estão a fazer o mesmo para disputar esse título. -----

E foi a Cidade Europeia do Vinho, e essa região onde nós nos encontramos, que é o Douro, que fez também com que o Sr. Presidente da República tivesse concedido o 10 de junho a esta região. Ele fez questão de o frisar, que o 10 de junho ocorria no Peso da Régua, enquanto cidade, mas que era fruto de uma região de dezanove Municípios. E quem teve a oportunidade de ir ver o Concerto do 10 de junho dado pela Banda do Exército não ficou defraudado, foi um grande momento em Torre de Moncorvo. -----

E, portanto, a todos os Srs. Deputados, sem exceção, o "muito obrigado" do Executivo, e também da Comunidade Intermunicipal do Douro, por termos aderido à Cidade Europeia do Vinho, que está a ser um sucesso, e que será coroada com o seu final em setembro, na Foz do Sabor. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições, a primeira ronda de inscrições. Quem pretende intervir? Temos quatro inscrições. -----

Dava a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

1/2
Pedro
M

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais presentes na sala. -----

Relativamente a este ponto, apreciação da atividade municipal, há dias, em conversa com uma mãe do nosso concelho, e falando das condições de apoio à maternidade, e daquele programa que a Câmara lançou há cerca de meio ano, sobre o apoio à maternidade, ela dizia-me que, de facto, há uma coisa que faz falta no apoio à maternidade, que é o facto de não haver, depois do fecho das escolas – que é por volta das cinco horas – não há uma instituição que receba as crianças – e a questão agrava-se às quartas-feiras, em que as escolas fecham mais cedo. Ela dizia-me que, de facto, esse é um problema grave – aliás, é uma pessoa da vossa área política, e que não percebia como é que a Câmara se preocupou em arranjar aquele programa, e uma coisa que salta à vista de toda a gente – eu, por acaso, nem me apercebia de tal questão, mas ela, que tem uma criança pequena, diz que uma das questões que se lhe coloca muitas vezes é que depois do fecho das escolas não tem onde deixar a menina. E como a ela, acontecerá a tantas outras pessoas. -----

Acho que, de facto, esta é uma questão importante, porque, de facto, há pais que trabalham – haverá casos em que não, mas há casos em que os pais trabalham depois das cinco horas, tanto o pai como a mãe, e nesse caso, é muito complicado eles conseguirem resolver, em períodos pontuais, deixar os meninos entregues. Se não há avós, se não há uma retaguarda que apoie, é muito complicado. -----

Eu fiquei admirado, e disse como é que é possível uma coisa dessas, depois do fecho das escolas não haver uma instituição que receba as crianças. Não sei se é assim, ou se não, mas penso que é, porque a pessoa vive cá em Moncorvo, é de Moncorvo, e não tinha empenho em levantar uma questão para afrontar a Câmara. -----

Relativamente ao documento escrito do Sr. Presidente da Câmara, eu pensei que – por exemplo, houve uma reunião em Alfândega da Fé sobre o problema da água no Distrito de Bragança, Trás-os-Montes, estudar uma estratégia para tentar resolver essa situação da falta de água. O Sr. Presidente esteve presente, mas pelas informações que tive, e pela comunicação social, e pelos jornais, não vi nenhuma intervenção, nem vejo aqui no documento que o Sr. Presidente da Câmara apresenta qual a sua intervenção, ou qual o seu contributo para a resolução desse problema. É um problema grave, o Sr. Presidente sobre a questão da água em Moncorvo não faz nada, nunca fez nada. Estou-lhe a perguntar se relativamente a esta reunião, se teve alguma intervenção, e em que sentido. -----

Depois, há um artigo publicado num jornal regional, cujo título é “Sessenta mil” – não sei se o Sr. Presidente leu, provavelmente leu, ou se não leu, alguém o informou sobre isso. E acho que é um artigo, escrito por um comentador da vossa área política, arrasador para a Câmara e para a

leviandade com que se dão informações relativamente, por exemplo, à Feira Medieval. E este “Sessenta mil” é precisamente o título, e tem a ver com o número de pessoas que estariam na Feira Medieval, sessenta mil. E ele, então, depois desenvolve ali uma série de argumentos, a dizer que isso era praticamente impossível. Para isso, comparou com Lisboa, que na *Websummit* recebeu cerca de setenta mil pessoas, e Lisboa ficou quase em pandemónio; ora, em Moncorvo não vimos nada disso. -----

Depois, diz que para virem as sessenta mil pessoas, teriam que vir as três maiores cidades do Distrito de Bragança, teriam que acorrer a Moncorvo. E ele termina dizendo: “*O ridículo mata.*” - Eu acho que, de facto, dar estas informações, passar estas informações, acho que isto não abona nada a favor da Câmara Municipal. Não sei se o Sr. Presidente leu; se não leu, aconselho-o a ler, e se quiser, digo-lhe qual é o jornal que traz essa crónica. E já agora, é da vossa área política, não é da área do PS, nem de perto, nem de longe. -----

Depois, o Sr. Presidente, há pouco, disse aí que o Executivo do PS votou contra as obras da Escola Secundária pelo facto de alguém propor um valor muito superior aos três milhões, ou dois milhões, ou quatro milhões, o Sr. Presidente da Câmara disse aí que o Executivo do PS votou contra. Eu quero que o Sr. Presidente de Câmara me mostre como é que o senhor diz isso, com que base, com que fundamento, qual o documento escrito em que isso esteja escrito. Eu estive na Assembleia Municipal quando esse assunto começou a ser tratado, e nunca ouvi ninguém nas reuniões da Assembleia Municipal dizer tal coisa. Aliás, a Câmara sempre se bateu para que a obra da Escola Secundária fosse uma obra, de facto, estruturante, que modificasse as condições. -----

Eu queria que o Sr. Presidente da Câmara me dissesse quais são os documentos em que o senhor se baseia para dizer que o Executivo anterior votou contra as obras, ou contra obras tão elevadas, na Escola Secundária. O que o senhor acabou de dizer aqui é que a Câmara queria fazer umas obraditas, que não queria fazer obras profundas, não queria reestruturar. Queria, e foi o Executivo do PS que lançou a obra para a discussão pública, isto já vem, ainda o senhor não era Presidente da Câmara, já a Câmara Municipal discutia este assunto da Escola Secundária. O senhor não estava na Assembleia Municipal, não estava. Não se esteja a rir, eu posso mostrar-lhe os documentos. Vá ler as atas, vá ler as atas da Assembleia Municipal e vê que esse assunto já era discutido muito antes de o senhor ser Presidente da Câmara. -----

Agora, eu estou a ver é que o senhor vai chegar ao fim de três mandatos na Câmara Municipal, e o senhor não consegue contratar um empréstimo bancário para investimento. O senhor vai ser provavelmente o primeiro autarca no país que consegue fazer três mandatos e não tem um empréstimo bancário para investimento. Ou tem? Ou ainda está a pensar em fazer? Estarei enganado eu? Acho que não estou. Veja lá, que isso, de facto, é uma marca – o senhor vai chegar ao fim deste mandato e alguém vai dizer assim: “Há um Presidente no país que conseguiu

lh
eduo
na.

fazer três mandatos sem contrair um empréstimo para investimento.” Isso, de facto, é muito mau para a sua imagem. Eu estive a pensar, no primeiro mandato não estive, mas no primeiro mandato nem se pensava nisso, porque a dívida era o que era, e agora o problema é que muitos ainda vêm dizer aqui que “a dívida caminha para zero”, e estão todos contentes. Eu ficava mais contente se dissessem: “O Sr. Presidente da Câmara já contraiu empréstimos bancários no valor de milhões para fazer isto e para fazer aquilo.” De facto, o senhor até pode dizer que não é preciso fazer, se está tudo feito, mas não está tudo feito. Está muita coisa feita, e o PS fez muita coisa, e sorte do Concelho de Moncorvo ter quem teve à frente dos destinos da Câmara durante muitos anos, porque se fosse o senhor, nós hoje estávamos na cauda – na cauda. -----
Já agora, pedia só um esclarecimento ao Sr. Deputado Meneses. Parece-me que, por aquilo que interpretei há pouco – não sei se é verdade, ou não, se é verdadeira a minha interpretação – disse que há muitas queixas anónimas do Partido Socialista. Ora, se são anónimas, como é que são do Partido Socialista? O senhor é adivinho? Foi isso que entendi. Foi isso que disse? Pergunto-lhe. O senhor disse que há muitas queixas anónimas para instituições, para o Ministério Público, para a APA, para aqui, para ali, para além, há denúncias anónimas do Partido Socialista. Ora, se são anónimas, como é que o Sr. Deputado sabe que são do Partido Socialista? Sr. Deputado, foi isto que disse. -----
Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----
Só um aparte, não estou aqui como Diretor da escola, mas dizer-lhe que algumas informações dos dois temas, não são propriamente assim. Peça à mãe para ir falar com a escola, porque efetivamente não está bem informada. É só um aparte. Aliás, a escola não fecha na quarta-feira à tarde. -----

Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, faz-me espécie que o evento que é a menina dos olhos deste Executivo não seja mencionado por V. Exa. Não consta no presente relatório, e não constou do rol de atividades elencadas no anterior relatório da reunião de 28 de abril, como tive ocasião de referir. Estou a falar da Feira Medieval que se realizou durante três dias, de 21 a 23 de abril, a tal que teve sessenta mil visitantes, tão proclamada na comunicação social, em meios escritos, em áudio e vídeo. -----

Como não há bela sem senão, fui procurar entender os motivos para o Sr. Presidente não falar no assunto. Será pelo custo a que chegou, 288.496,50€? Repito, 288.496,50€, resultado aferido dos seguintes contratos publicados: -----

1. Aquisição de serviços para a realização da Feira Medieval de Torre de Moncorvo de 2023, à empresa Cryseia, por concurso público, no valor de 225.643,50€, com contrato assinado no dia 18 de abril. -----

1.1. Dois dias mais tarde, na véspera do início da feira, a 20 de abril, foi feita uma modificação contratual e acrescentada uma adenda ao contrato, no valor de 14.760,00€ para reforço de vigilância e segurança, para garantir a segurança das entidades presentes na feira, totalizando 240.343,50€, o valor pago à empresa Cryseia. -----

2. Animação Feira Medieval 2023 - Cavaleiros, acampamento e ferradores, adjudicado por ajuste direto à empresa Cavaleiros & Falcoeiros Ribadouro, pelo valor de 7.011,00€. -----

3. Aquisição de copos com asa de barro - Feira Medieval, por consulta prévia a único concorrente, Francisco António Monteiro, no valor de 28.782,00€. -----

4. Refeições aos convidados, no valor de 12.300€, a pagar às associações presentes na zona das tabernas, aprovado em reunião de Câmara de 20 de abril de 2023, na véspera do início da feira. -----

Quais as entidades presentes que obrigaram a despesas acrescidas? Quais as forças de segurança contratadas? O que levou a um aumento de 400% relativamente ao ano passado na aquisição dos copos com asa? Em 2022 foram pagos 7.195,50€, e este ano, 28.782,00€, ao mesmo fornecedor. -----

Mas, a estranheza pelo facto de o Sr. Presidente não dar conhecimento a esta Assembleia não é de agora. Claro que um descuido proveniente de esquecimento, engano involuntário, vulgo lapso, pode sempre acontecer, mas são lapsos a mais. -----

Nunca o Sr. Presidente deu conhecimento à Assembleia Municipal sobre a aquisição do Núcleo Museológico de Fotografia do Douro Superior, e sobre a aquisição do respetivo espólio que a Câmara aprovou na reunião de 5 de março de 2021. Também nunca deu conhecimento a esta Assembleia Municipal sobre a Casa da Inquisição, que consta na Rota dos Judeus e nos vídeos promocionais publicados pelo Município. É da Câmara Municipal? É privada? É do desconhecimento geral que negócios foram feitos e verbas despendidas. Peço ao Sr. Presidente que esclareça esta Assembleia Municipal, sem vir com a lengalenga de que aconteceu no mandato passado. -----

No seu relatório dá conhecimento de uma obra em execução denominada "requalificação da Escola Básica e Secundária de Torre de Moncorvo – Pavilhão desportivo". Trata-se de uma obra nova? Que obra é esta? A que obra se refere? É que existem dois contratos de empreitadas entre a Câmara Municipal e a empresa adjudicatária Manuel Joaquim Caldeira, Lda., publicados no portal Base.Gov, assim denominadas: -----

Handwritten signature in blue ink, possibly "Luis João" or similar.

1. Requalificação e beneficiação da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado, contrato assinado no dia 13 de dezembro de 2019, no valor de 2.966.784,56€, com o prazo de execução de quatrocentos e oitenta dias. -----

2. Requalificação e modernização das instalações do ensino da atividade física escolar de Torre de Moncorvo, contrato assinado em 19 de agosto de 2022, no valor de 1.096.096,34€, com o prazo de execução de duzentos e quarenta e três dias. -----

Vemos, ouvimos, mas não lemos. Como dizia a poetisa Sophia de Mello Breyner, não podemos ignorar. Estas duas empreitadas, apoiadas por fundos comunitários FEDER, já ultrapassaram o prazo de execução. Como não constam do seu relatório, quer dá-las por concluídas sem estarem? Vem agora informar a Assembleia Municipal de uma obra em execução que parece a súpula das duas? É para disfarçar, confundir, e poder sempre desculpar-se com o bem-fadado lapso, distração, confusão? -----

Sr. Presidente, para que não restem dúvidas, pergunto: a candidatura da obra de requalificação e beneficiação da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado já terminou, e a empreitada já está totalmente paga? -----

O Sr. Presidente, vem dar conta de que a Área de Acolhimento Empresarial da Junqueira continua em execução. O que se passa com esta obra, que nunca mais acaba? Ou não acaba para disfarçar a falta de eventuais interessados? -----

Por último, mas não menos importante, não se notam desenvolvimentos nos concursos publicados em Diário da República do dia 13 de fevereiro deste ano, para contratação de dezassete trabalhadores identificados no *site* do Município com os números 3004 e 3005/2023, e também no concurso para provimento do Chefe de Divisão de Ação Social, este iniciado a 17 de dezembro de 2021. -----

Não vos quero aborrecer, porque sei que ficam bastante incomodados quando fundamento as questões com base na Legislação em vigor no nosso país, regras legais a que todos nós, eleitos locais, estamos obrigados, e em especial as autarquias e os seus responsáveis. Por isso mesmo, e para não cansar a estimada Assembleia, vou usar o jargão popular para qualificar a situação: estão como a burra de João Brás, não andam para a frente nem andam para trás. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João

-----**O Deputado Luís João Dias :** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Da informação escrita acerca da atividade municipal, há que salientar todos os programas complementares pedagógicos de verão – as Férias Desportivas, as Férias de Verão na Biblioteca, programa complementar “Aprende brincando”. Este apoio aos pais é essencial

durante o verão – os pais continuam a trabalhar, e muitas vezes não têm onde deixar os filhos, e isto é essencial para que continuem a trabalhar, além de ser o desenvolvimento pedagógico da criança ou jovem. -----

Ainda neste âmbito, o Festival Solstício, que este ano a maior parte da atividade cultural foi a cargo da Escola Municipal Sabor Artes. Nos outros anos, eram sempre grupos de renome nacional e local, e este ano, a Escola Municipal Sabor Artes conseguiu garantir esses espetáculos. Eu gostava de saber se o Sr. Presidente, ou o Município, irá agradecer, na forma de instrumentos, por exemplo, mais instrumentos para a escola. É só uma pergunta. -----

Ainda sobre os bombeiros, foram os noventa anos dos bombeiros, congratulo-me que o Município tenha participado, mas tenho a realçar que, mais importante do que os noventa anos é a adaptação da Casa Função do Quartel dos Bombeiros a camarata. Ou seja, é neste dia a dia da gestão corrente da Associação de Bombeiros que a Câmara, e bem, tem de ter um papel ativo e ajudar esta associação, tal como ela ajuda todos nós, todos os dias. -----

Ainda sobre os arranjos urbanísticos no concelho e nas freguesias, estes arranjos urbanísticos, porque pequenos que sejam, valem tanto como um grande Parque Verde, porque nem toda a gente mora ao pé do Parque Verde, que possa usufruir. Por isso, por mais pequeno que seja o arranjo urbanístico, alguém está a usufruir dele, porque vive ao lado, pode passear no final do seu dia nesse pequeno parque, ou pequeno arranjo urbanístico. -----

E para terminar, gostava de sublinhar mais uma vez a atividade da CPCJ, com a construção do laço azul, que este ano foi ao mesmo tempo a nível nacional. A CPCJ faz um trabalho que não se vê, mas que é muito importante, na defesa destes mesmos jovens que citei há pouco, que necessitavam também de ajuda na parte do verão, para não ficarem entregues a si próprios. ---

Em relação à parte financeira, eu gostava de sublinhar a amortização do empréstimo, mais ou menos em 100.000€. -----

E deixar uma nota, que quando algo se faz com – e passo também o jargão popular – com o pelo do cão, fica sempre mais barato do que ir à banca e pedir um serviço de crédito. Os serviços de crédito pagam-se bem, apesar de o Município ter neste momento capacidade negocial para ter juros baixos, já que a sua situação financeira é saudável. E mais uma vez, congratulo-me com que este Município baixe as dívidas, para de futuro, sim, poder voltar a investir, mesmo que seja com o seu próprio dinheiro, e não com crédito.

E também tenho a realçar, a título informativo, a abertura das inscrições para a Expo Moncorvo, a feira do empreendimento que temos em Moncorvo. -----

E é só. Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Sr. Presidente, conhece os livros de “À procura do Wally”? Certamente que sim. Eu sou fã desses livros, e quando era criança, o meu pai passava muito tempo junto de mim a tentar procurar o Wally. -----

De Assembleia Municipal para Assembleia Municipal, fico na esperança de encontrar um ponto que seja sinónimo de obras executadas de interesse relevante para o Município, ou algo como iniciativas preponderantes de criação de valor, e que visam assegurar um futuro para o Município, algo que em dez anos o Sr. Presidente ainda anda a tentar perceber o que isso significa. -----

Pois bem, eu ando à procura desses “Wally’s” na informação disponibilizada, e não encontrei. Será que o Sr. Presidente consegue ajudar-me a encontrá-los? Nem referência à tão afamada Feira Medieval. Será que podemos estar na iminência de um novo apagão? -----

Sr. Presidente, não sei se tomou conhecimento, mas recentemente, um estudo efetuado pelo Público, em parceria com a Católica Porto Business School, apurou o *ranking* das escolas a nível nacional, relativamente a exames. Por momentos, pensei que Torre de Moncorvo já se encontrava pelo menos no Top 100 a nível nacional, mas infelizmente encontra-se na cauda a nível nacional, e apenas nos situamos no Top 500 – ou seja, bem no fundo da tabela. -----

De referir que é um facto que o Agrupamento de Escolas subiu no *ranking* dos exames de acesso ao ensino superior e a média subiu ligeiramente. Mas, questiono: Sr. Presidente, considera os resultados suficientes para elevar o concelho a um patamar atrativo, para atrair não só os alunos do nosso concelho, como os alunos de fora do concelho? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Fausto Tiago, há uma coisa que nós hoje não queremos discutir: é que nós concordamos em discordar. E portanto, quando me traz algumas situações como a que trouxe aqui, no âmbito do apoio à natalidade, tem que dizer a quem o informou que não é bem assim. Provavelmente até me dou bem com essa pessoa, muito bem, o senhor não é o primeiro a dizê-lo. Só que, sabe uma coisa, Sr. Deputado? A Câmara não pode fazer tudo. E o senhor deve ter-se esquecido que já houve um ATL em Torre de Moncorvo, de uma conterrânea sua, que fechou porque não tinha uma inscrição. Sabia disso? -----

Mas, vou-lhe dizer outras coisas: a pré-escolar tem em todos os jardins de infância apoio à família, começa às oito horas da manhã, termina às dezoito horas, todos os dias – todos, incluindo à quarta. E no 1.º ciclo, termina todos os dias às dezassete horas, inclusive às quartas-feiras. Ou seja, existe isso. -----

M
Pedro
AP

Também lhe vou dizer, que provavelmente não sabe, e pode transmitir a essa senhora – ou senhor – que a própria Santa Casa da Misericórdia tinha um projeto para as antigas instalações da Escola Industrial, com um ATL, que foi chumbado o projeto pela Direção Regional de Cultura do Norte. -----

Portanto, está a trabalhar-se nisso, mas eu convido também os privados – porque nos outros Municípios os privados também têm feito isso – a que façam um ATL, e nós cá estaremos – todos aqueles que tiverem dificuldades financeiras e sejam integrados nos apoios sociais, cá estaremos nós para apoiar. -----

Sr. Deputado, melhor do que eu nessa reunião de Alfândega estaria o senhor. Sabe por quê? Porque o que foi apresentado, eu pensei que era o plano estratégico hídrico; mas, não, eram as linhas de discussão de um futuro plano estratégico, que ninguém sabia o que era, e a reunião passou-se – até lhe digo de quem foi a primeira intervenção, foi da Sra. Deputada Berta Nunes, a falar do passado. E do que é que falámos? Por que é que o ICNF não aprova as charcas, por que é que temos um problema com a APA sempre que queremos fazer um furo, a Barragem em Bragança, foi isto que discutimos. O problema é que não anda nem para a frente, nem para trás, nem conseguimos apoios europeus, porque ainda continuamos a discutir aquilo que eu chamei, e chamo, que são os vetos de gaveta e de caneta de quem se acha importante para isso. E foi isto que discutimos. Para o futuro, zero. -----

Portanto, como pode ver, o falar do passado, foi isso que aconteceu, e não se sentiria mal. ----- Quanto aos sessenta mil que o senhor tanto proclama, aqui eu não sei quem lhe deu esses números, mas também não vou comentar comentadores que estarão ligados a si, porque quem anda de um lado para o outro não sou eu. -----

“A dívida era o que era”, foi o senhor que o disse, “a dívida era o que era”. Mas, se tivermos necessidade – e eu já o disse em outras Assembleias – de irmos contrair um empréstimo, estaremos cá para o fundamentar e dizermos o por quê desse empréstimo. E espero que o Sr. Deputado seja o primeiro a subir a este palanque a dar alvissaras porque o Município se vai endividar para investimento, e a bater palmas. E eu cá estarei também para lhe dizer isso. -----

Sr. Deputado José Aires, aproveite que está cá para dar uma voltinha por Moncorvo, assim já conseguia ver onde é que era o pavilhão. Está a ver, quem desce para S. Paulo, tem uma capelinha lá, de S. Paulo? Conhece? Por trás, tem lá um pavilhão que está em construção. E quando o senhor pergunta em que escola, sabe que as escolas agora unificaram-se. -----

E, portanto, é esse milhão de euros que está aí, para esse pavilhão, que pela primeira vez as crianças do 1.º ciclo vão ter, e que não tiveram, porque iam para o municipal, com duas ou três – quando havia – funcionárias a tomarem conta das crianças, em dias de chuva, em dias de calor extremo, porque iam a pé e vinham a pé. -----

Pedro
M.

Portanto, vão ter um pavilhão para a prática do ensino desportivo, que está em construção e a bom ritmo. -----

Eu percebo as suas dúvidas quanto ao Núcleo Museológico da Fotografia do Douro, percebo perfeitamente. Mas, quero dizer-lhe que tanto os Núcleos Museológicos da Fotografia do Douro Superior, como a Casa da Inquisição, foram votados, aprovadas no órgão que lhe compete, que é a Câmara Municipal, e constam nos ativos, que o senhor, ou vota contra, ou se abstém, ou vota a favor, mas que vêm à reunião de Câmara. Esses ativos vêm sempre, quer na prestação de contas – estão lá sempre. Portanto, é só fazer um estudo disso. -----

Dizer-lhe também duas situações. O reforço – eu não sei se o senhor reparou, provavelmente não, mas eu terei o cuidado, se o senhor quiser, de ir de restaurante a restaurante, de alojamento local em alojamento local, de pensão em pensão, a dizer que o Sr. Deputado José Aires é contra a Feira Medieval e não quer que se gaste nisso. E portanto, vocês deixam de arrendar quartos a 300€ por dia a pessoas de fora, deixam de ter os restaurantes superlotados para se comer, e deixa de se divulgar o concelho. E por quê? Por uma conceção só, que não tem a ver com o que trazemos para o concelho, mas com uma conceção ideológica contra a Feira Medieval. Mas, era assim que devia ser, vinha ali e dizia: “Eu sou contra, não quero”. Não é diluí-lo numa votação, é dizer “eu sou contra a Feira Medieval”, e sou contra estes montantes gastos. -----

Bastava eu dizer-lhe que aqueles 14.000€, não sei se reparou, não houve empresas privadas a fazer a segurança, foi só a Guarda Nacional Republicana. E portanto, tem a ver com um reforço, porque não estava previsto, mas a Sra. Ministra, a Sra. Secretária de Estado e o Sr. Presidente da CCDR vieram cá um dia, e foi necessário reforçar. E tem a ver com isso, porque não entraram empresas privadas, foi só a Guarda Nacional Republicana. -----

Agora, quando o senhor diz que é como “a burra de João Brás, não anda para a frente, nem anda para trás”, o que eu lhe quero dizer é que se não andássemos para a frente nem para trás, não eramos o décimo quarto Município em termos de aproveitamento de fundos europeus, não eramos o Município que em termos do PO-SEUR ficou em oitavo lugar do Norte. E portanto, porque o Sr. Deputado já uma vez disse aqui, o que está debaixo de terra não se vê, é verdade, mas as ETAR’s, as PTAR’s, as ETA’s, foram todas reconstruídas ou construídas de novo com este Quadro Comunitário de Apoio, e isso também foi uma forma de não pormos o telhado em cima sem termos os alicerces. -----

E portanto, eu penso que lhe respondi a estas situações. As aquisições dos imóveis estão devidamente documentadas. Mais, a Casa da Inquisição foi adquirida e foi candidatada ao PRODER, e teve o grande mérito de vincarmos novamente Moncorvo numa rota que é essencial neste momento, e no futuro, que é uma rota turística para os judeus. São pessoas que vêm de fora, que vêm de longe, e ficam sempre mais do que dois ou três dias, e têm disponibilidade financeira. -----

Pedro M
M

E não ficaria bem com a minha consciência se não desse também aqui um elogio ao Sr. Deputado António Júlio Andrade, que durante anos e anos andou a escrever e andou a publicar o que era a nossa história judaica, não só no concelho. -----

Não estão fechadas. Sr. Deputado, se tiver o cuidado de ver, tem lá o número de telefone. Nós não temos meios para ter uma funcionária ou um funcionário em todos os museus públicos. Repare que só para o Município de Moncorvo ficou a Casa da Roda, da Fotografia, o museu em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, que já está na Câmara Municipal, e depois mais o Museu do Castelo, a Sinagoga e o Centro de Interpretação Judaico, com novas tecnologias. ---- Portanto, são uma série de funcionalidades que estão à chamada, nós também temos de ter noção daquilo que podemos e que queremos fazer. E portanto, estará sempre aberto quando o senhor quiser. Aliás, congratular também que um grupo com um casal, que vieram da Califórnia, foram renovar os votos de casamento, os quinze anos, à Senhora da Teixeira, porque saiu numa revista internacional, e vieram cá. Atrai cada vez mais. Não vamos ter lá uma pessoa, como em tempos houve um Ermitão; temos uma pessoa à chamada, que depois trata das coisas, dentro do Posto de Turismo. -----

Sr. Deputado Luis João, obviamente um agradecimento à Escola Municipal Sabor Artes, e as necessidades que tiverem, o Executivo fará, como é óbvio, o que é possível para garantir melhores condições. -----

E dizer-lhe também que a Casa de Função para camarata é um compromisso que temos para uma base vir para aqui para Torre de Moncorvo, e que há um projeto futuro que tem a ver também com a requalificação de um edifício que já é da Câmara, para poder, esse sim, agregar todos os pontos fulcrais da Proteção Civil, uma vez que Torre de Moncorvo vai ficar, ou está, neste momento, num ponto primordial e essencial para a Proteção Civil no âmbito do novo organograma. Ou seja, a Proteção Civil do Douro, no Douro Superior, nós conseguimos estar no centro dessa situação. -----

E portanto, vem para cá, já este ano, vem para a base de apoio local, e depois iremos também, num processo que já está a decorrer, tentar que definitivamente o heliporto seja certificado como um heliporto, que esteja também apropriado para as condições necessárias para estar trezentos e sessenta e cinco dias por ano operacional. Estamos a fazer isso, e portanto, estamos à espera que nos deem as conclusões desse estudo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de inscrições, quem pretende intervir? Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor, cinco minutos. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Ora, muitos bons dias à Câmara, aos membros da Mesa, à Assembleia. -----

Sr. Presidente, eu queria dizer apenas uma coisa: Moncorvo tem muitas infraestruturas culturais – tem muitas, realmente temos. Agora, o que Moncorvo não tem é animação cultural, isso é que falta. Houve tempos em que tínhamos excursões com autocarros para visitar o Felgar, Felgueiras, já não falo aqui em Moncorvo, havia diariamente percursos aqui dentro da vila, em termos de turismo. Eu próprio estava na biblioteca, havia sempre gente para levar, praticamente não passava um dia sem lá ir com turistas. -----

Agora, disto é que nos falta, a animação cultural em Moncorvo, porque nós temos muito património, realmente, falta é utilizar. E talvez isso mereça um esforço conjunto. Se calhar, o mal são as capelinhas, haver só umas capelinhas. -----

Enfim, tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora bem, afinal a pessoa que falou comigo sobre o apoio à maternidade tem razão, ela disse que a partir do momento em que fecham as escolas não há apoio à infância. As escolas fecham às dezasseis horas, a partir das dezasseis horas não há nada. Qual é a resposta do Sr. Presidente? Eu estou à espera da iniciativa privada. Mas, esta não é a primeira vez que há uma resposta deste tipo, “eu estou à espera”; também deu essa resposta quando colocámos a questão da água para o regadio, também disse “eu estou à espera”, sentado aqui na Câmara, que as associações de agricultores apresentem os projetos. O Sr. Presidente está sempre à espera, por isso é que não tem projetos, por isso é que não precisa ir ao banco pedir dinheiro emprestado, o Sr. Luís João está muito contente porque faz uma gestão corrente, fazem umas coisinhas, uns parquezinhos e uns bancos – tudo bem, isso está tudo muito bem, mas isso não é suficiente, porque se tivéssemos pensado assim no passado, nós hoje estávamos na cauda dos Municípios do país. Essa é a minha conclusão. ----- Agora, o Sr. Presidente pense bem, se está à espera – aliás, nós já tínhamos falado que com o PRR vai haver dinheiro, vai sobrar dinheiro – aliás, já se está a ver, porque o apoio ao “Primeiro Direito”, que era uma verba que não eram os 100%, agora passou a ser 100%, e vai acontecer mais, e vai chegar o momento em que vão pedir projetos, e o Sr. Presidente não tem projetos, não faz. Não precisa de ir ao banco, está muito contente, e os Srs. Deputados também estão muito contentes, porque não precisa de ir ao banco e a dívida está quase a zero. Palminhas para a dívida a zero. E o resto? -----

Peredo
M

Agora, imagine que no Peredo, em que há duzentos, ou trezentos, ou quatrocentos hectares de amêndoa e de vinha, se fossem regados, qual era o benefício para o concelho. Pergunto-lhe a si, já pensou nisso? Pense. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

De certeza que todos somos a favor de grandes investimentos, especialmente no regadio. Agora, também tenho a certeza que se as contas estiverem mais saudáveis, os juros são outros, e por isso, o custo do serviço da dívida é outro. E é essa a grande vantagem de ter boa gestão de dívida. -----

Sr. Presidente, eu tinha uma pergunta a fazer-lhe em relação à Feira Medieval, estão a falar em sessenta mil, durante a feira eu tive um número informalmente, por parte de um funcionário do Município, que no sábado, depois de jantar, já estavam vendidas quarenta mil canecas. Se pudermos associar uma caneca a um visitante, até sábado à noite estavam quarenta mil. Não sei o número total, porque ainda houve o domingo, mas provavelmente sessenta mil, que é o número do tal artigo que especula que é mentira, só pelo número de canecas dá para chegar a que esse número poderá ser verdade. Não tenho dados também que confirmem, mas canecas, até sábado, foram vendidas quarenta mil. -----

Este Executivo está cá mais ou menos há dez anos, lembro-me do primeiro programa eleitoral, e dizia nele que o grande foco deste Executivo é no imaterial. Ora bem, não é só nas obras faraónicas, como os multiusos, mas nestas pequenas coisas imateriais, porque se o património material está cá, primeiro alguém o identificou, depois é preciso requalificar, para depois poder utilizar. Por exemplo, temos lá em baixo a Vila Velha, vamos agora fazer umas excursões à Vila Velha, quando a Vila Velha não está preparada para receber visitantes. É preciso identificar, requalificar, proteger, estudar, para depois se poder visitar. -----

As estruturas estão cá, como disse o Sr. António Júlio, temos muitas, mas que não são utilizadas. Pois, se calhar são atividades como a Feira Medieval, como o Solstício, como outras atividades culturais que este Município tem dinamizado, que atraem pessoas para, depois, esses conteúdos que já estão no território poderem ser utilizados. Não é como era antes, que eu me lembro de garoto, de ver vinte autocarros, com uma florzinha qualquer, que era típico ver o autocarro com aquela florzinha, que chegavam aí, abriam, sacavam da merenda, comiam e iam embora. Se isso é turismo, deixe estar esse turismo, que não vem cá fazer nada a não ser lixo. É tipo os dos barcos, fazem tudo no barco, comem no barco, dormem no barco, e há muito turismo no Douro que não deixa nada. -----

Já agora, a minha questão é nesse sentido, Sr. Presidente, como é que está essa união por parte da CIMDouro com a taxa turística para esses barcos. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao deputado Diogo Oliveira.

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, os dados são críticos. Constato o seguinte: o contexto da escola encontra-se a um nível desfavorável, mas mesmo tendo em conta esta situação, e apesar de a média ter subido de 2021 para 2022, ficou aquém da média esperada nos exames, face ao contexto da escola. Adicionalmente, no exame de português, a média foi de apenas 11,33 valores, o que nos faz posicionar no *ranking*, a nível nacional, no lugar cento e oitenta e sete. A matemática, de 9,55 valores, o que nos faz ficar posicionados no lugar quinhentos e onze. Em biologia e geologia foi de 8,97 valores, o que fez com que atingíssemos apenas o lugar quinhentos e dois. A física e química de 11,52 valores, o que fez com que ficássemos no lugar trezentos e cinco. A geográfica ficámos pelo lugar quatrocentos e vinte e quatro, com uma média de apenas 9,07 valores. A única que sobressaiu foi a filosofia, cuja média foi de 13,82 valores, o que nos fez atingir a quadragésima sétima posição. -----

Sr. Presidente, é impressão de todos os presentes, ou andamos sempre na cauda a nível nacional, e nem o ensino é exceção? -----

Sr. Presidente, não sei se tem conhecimento, mas há alunos do nosso concelho que quando terminam o 3.º ciclo, preferem estudar noutros concelhos, como Alfândega da Fé ou Mirandela. Eu preferia que fosse ao contrário, ou seja, que os alunos desses concelhos preferissem vir estudar para Torre de Moncorvo. -----

Por vezes, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal diz que é político, outras vezes não, outras vezes é só professor, outras vezes é cidadão, hoje não sei o que é – é outro “Wally” a descobrir. Mas, para todos os efeitos, pelo menos há documentos que o comprovam como Diretor do Agrupamento de Escolas. -----

Desta forma, tendo em conta que o Diretor do Agrupamento e que o Presidente da Assembleia Municipal são a mesma pessoa, e que também temos a honra de o Sr. Presidente da Câmara Municipal estar presente, gostaria de perceber de forma clara o que está delineado, de forma a inverter estes resultados críticos na educação no nosso concelho. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

M.
leia
M



-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado. -----

Sr. Presidente, tenho-lhe a dizer que, há pouco, quando se referiu à minha pessoa e ao facto de receber senhas de presença, ajudas de custo, e de fundamentar bem as questões, que realmente é verdade, eu fui eleito para este órgão, nunca recebi à margem da Lei – como o senhor poderá comprovar – e, efetivamente, venho aqui fazer o meu trabalho – se ele é bem fundamentado, ou não, depois competirá às outras pessoas fazer a avaliação. Mas, pronto, ainda se chateia comigo por causa disso, por estar aqui a fazer o meu trabalho, e ter a devida remuneração, de acordo com a Lei, enquanto outras pessoas já passaram aqui mandatos e mandatos, nunca fizeram sequer uma intervenção, e não o chateia nada. Logo por aí vemos o que é que se passa. -----
Depois, tentou confundir dois processos. Esse processo que o senhor referiu que está na ata passada, eu realmente fui vê-lo, quando tive aqueles trinta minutos que referi no ofício que lhe encaminhei através do Sr. Presidente da Mesa, e aí tinha a ver com contratação de pessoal, e não com esta questão do *lettering*. Isso já foi em 2021, ainda antes das eleições – olhe, até já foi no mandato passado. -----

Portanto, não confunda as pessoas, neste aqui já estou, conforme expus, há mais de um ano para poder consultar, e espero que hoje seja realmente o dia. -----

Sr. Presidente, tenho a dizer-lhe que não me considero totalmente esclarecido. Depois de gastar quase 300.000€ em três dias de festa, entende que não deve dar explicações ao órgão com competências próprias de fiscalização. -----

E quanto às restantes questões colocadas, também não foram prestadas informações por V. Exa. que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E em consequência, e no âmbito das competências próprias desta Assembleia Municipal, alínea a) e d) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vou passar a ler os Requerimentos n.º 7, 8 e 9/2023, que depois de lidos, irei entregar à mesa da Assembleia Municipal. -----

-----**Requerimento n.º 7/2023:** -----

“Exmo. Sr. Luís Miranda Rei -----

Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

Data: 26 de junho de 2023 -----

Assunto: Feira Medieval de Torre de Moncorvo 2023 – Pedido de esclarecimentos -----

No uso das competências próprias da Assembleia Municipal, alíneas a), d) e f) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no art.º 5.º e no n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que regula o regime de acesso à informação administrativa e aos documentos administrativos, solicitam-se os seguintes documentos: -----

1. Aquisição de serviços para a realização da Feira Medieval de Torre de Moncorvo de 2023, por concurso público, adjudicada à empresa Cryseia: -----

1.1. Quais as empresas concorrentes; -----

1.2. Relatório preliminar e final do júri do concurso; -----

1.3. Notificação da decisão de adjudicação; -----

1.4. Proposta da empresa adjudicatária. -----

1.5.2. Aquisição de copos com asa de barro – Feira Medieval 2023, por consulta prévia, adjudicada a Francisco António Monteiro: -----

2.1. Entidades convidadas a apresentar proposta; -----

2.2. Relatório preliminar e final do júri do concurso; -----

2.3. Notificação da decisão de adjudicação; -----

2.4. Proposta do adjudicatário. -----

3. Associações presentes na zona das tabernas que serviram refeições no âmbito da Feira Medieval de Torre de Moncorvo 2023: -----

3.1. Quais as associações presentes; -----

3.2. Número de refeições servidas; -----

3.3. Valor pago a cada uma das associações e respetivos documentos comprovativos. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

-----**Requerimento n.º 8/2023:** -----

“Exmo. Sr. Luís Miranda Rei. -----

Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

Data: 26 de junho de 2023 -----

Assunto: Aquisição do Núcleo Museológico da Fotografia e respetivo espólio, sito na Rua da Misericórdia, n.º 14, em Torre de Moncorvo -----

No uso das competências próprias da Assembleia Municipal, alíneas a), d) e f) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no art.º 5.º e no n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que regula o regime de acesso à informação administrativa e aos documentos administrativos, solicitam-se os seguintes documentos: -----

1. Cópia da escritura pública de compra e venda do imóvel; -----

2. Listagem do espólio adquirido e valor pago pelo Município de Torre de Moncorvo ao Sr. Arnaldo Silva. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

E para finalizar, -----

-----**Requerimento n.º 9/2023:** -----

Redu
R



"Exmo. Sr. Luís Miranda Rei -----
Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

Data: 26 de junho de 2023 -----

Assunto: Requalificação e beneficiação da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado –
adjudicada à empresa Manuel Joaquim Caldeira, Lda., contrato assinado no dia 13 de dezembro
de 2019 no valor de 2.966.784,56€, com o prazo de execução de quatrocentos e oitenta dias. --
No uso das competências próprias da Assembleia Municipal, alíneas a), d) e f) do n.º 2 do art.º
25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no art.º 5.º e no
n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que regula o regime de acesso à
informação administrativa e aos documentos administrativos, solicitam-se os seguintes
documentos: -----

1. Autorização da prorrogação do prazo, dada pelo órgão autárquico com competência própria;
2. Pagamentos efetuados; -----
3. Auto de receção provisória; -----
4. Conta final. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires" -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado, dizer que o Sr. Deputado Diogo Oliveira hoje meteu-se com o Diretor da escola, mas o Diretor da escola não está aqui; está aqui o cidadão Luís Miranda Rei. Fui eleito para o cargo de Diretor, houve um concurso público, eu sou Diretor, por concurso público. É o meu segundo mandato, não sei se farei o terceiro, ou não, depende da vontade que tiver na altura. -----

Portanto, sou um cidadão como você é. Se o senhor cria esse precedente, da próxima vez vamos perguntar o que é que o senhor faz na sua empresa, quantas atividades fez, etc. Vamos saber distinguir os lugares, eu estou aqui como cidadão, tenho os mesmos direitos que você, que fique claro. -----

Quanto aos *rankings*, isso não vamos falar aqui, porque há vários *rankings*, há várias situações. Sr. Deputado, cada coisa no seu lugar. O Agrupamento de Escolas Dr. Ramiro Salgado, como vê, elege o Diretor em Conselho Geral, onde estão representados professores, alunos, diversas instituições, e tem um Conselho Pedagógico, tem órgãos próprios. Eu, aqui, sou um cidadão. Se lá fora quiser falar comigo enquanto cidadão, ou como Diretor do Agrupamento de Escolas, à vontade, tenho todo o prazer em falar do *ranking*, e da escola, etc., mas é lá fora. -----

Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Sr. Deputado Luís João, a taxa turística, como sabe, é um assunto que está com a CIMDouro, está no Conselho Consultivo do Douro, e tem várias entidades. A proposta que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo fez foi que, a haver uma taxa turística do Douro, seja aplicada no território, seja para salvaguarda de margens, seja para reposição de muros que caem muitas vezes em propriedades privadas. Portanto, essa é a nossa proposta, aplicação no território do que é o fator que se encontra para a taxa turística. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Passamos, então, ao Ponto n.º 2, Apreciação da Consolidação de Contas do ano de 2022. -----
Dava novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PONTO 2 — APRECIÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DE 2022.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira** (PS), **José Aires** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Lopes** (PS) e **Vítor Vieira** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente e Srs. Deputados, a consolidação de contas é um relatório e um documento obrigatório, que nós estamos obrigados a consolidar com uma entidade, que é a Águas do Interior Norte, e portanto, temos de consolidar o ajuste do resultado líquido das nossas contas individuais com a percentagem que temos nessa entidade consolidada. No caso da entidade consolidante, tem 8% na entidade consolidada, e sendo uma empresa constituída exclusivamente por Municípios, decorre daí a obrigação, e é isso que apresentamos neste momento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----
Estão abertas as inscrições para o Ponto n.º 2. Quem pretende intervir? Estão terminadas as inscrições. -----
Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, verifico que no quadro que consta na pág. 25 do documento das demonstrações orçamentais e financeiras do ano de 2022, denominado

“Participação em entidades não societárias”, não consta a AMPV – Associação de Municípios Portugueses com Vinho. Poderá V. Exa. esclarecer o que motiva a referida exclusão? -----
Verifico também que na pág. 31, no quadro 3 “Adições”, é referida uma compra no valor de 32.617,46€. Lá apenas é referido tratar-se de uma aquisição de programas de computador e sistemas de informação. Poderá V. Exa. confirmar se se tratam dos tão aguardados sistemas de armazenamento externo, vulgo *backups*, de forma a garantir que a integridade da informação está segura e protegida, ao contrário do que ocorreu nos seus mandatos anteriores? -----
Na página seguinte, pág. 32, poderemos verificar na Nota 4 “Acordos de concessão de serviços”, que o Município apenas tem a receber verbas provenientes da EDP Distribuição, de rendas de concessão de barragens. Pergunto-lhe, Sr. Presidente, se me pode confirmar se essas rendas se referem às três barragens – duas localizadas no Rio Douro, que têm relação direta com o nosso território, a saber, os aproveitamentos hidroelétricos da Valeira e do Pocinho, e também a barragem localizada no Baixo Sabor. Qual a quantia recebida anualmente pelo Município de Torre de Moncorvo? -----

Passando para a pág. 34, observamos o Quadro 7 “Adições”. Na primeira coluna, “Ativos fixos tangíveis”, verificamos, no que concerne a bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural, que existiu uma compra no valor de 156.265,98€. Essa quantia encontra-se inscrita na rubrica “Infraestrutura”. Queira o Sr. Presidente esclarecer qual foi a infraestrutura, ou infraestruturas, adquirida ou adquiridas. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo, prescinde? Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

As condicionantes deste ano, as condicionantes financeiras e orçamentais do ano de 2022, têm muito a ver ainda com a invasão da Ucrânia e com a Covid. Ou seja, ao contrário do anterior Executivo, que, passe o jargão popular, era tempo de vacas gordas, este Executivo, além aqui de *super prime*, ainda tem a invasão da Ucrânia e a Covid. Por isso, é com muita luta que se consegue ter boas contas neste contexto internacional. -----

Falando do documento, na pág. 1 da certificação legal de contas consolidadas, o ROC, ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Fernando Peixinho & José Lima, fala na ausência de património imobiliário, do valor patrimonial tributário da escola. Ou seja, parece que o que diz é que a escola não tem artigo de Finanças, e que está para os serviços de Finanças de Moncorvo resolverem esse problema. Não é a primeira vez que há esse problema, também me lembro dos

edifícios do GAT, não sei se o do GAT já foi resolvido. Gostava de saber como é que o Sr. Presidente pretende também resolver o da escola. -----

E vou votar a favor, já que o parecer do ROC é que este documento está correto legalmente. ---
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Lopes:** Uma vez mais, muito bom dia. -----

Sr. Presidente da Câmara, neste ponto da apreciação da consolidação das contas do ano de 2022, é evidente que é um documento técnico, mal será se as contas estão mal feitas, claro que não estão. -----

No entanto, para analisar este ponto, acho que também nos devemos socorrer do relatório de contas de 2022 da ADIN, já que tem a ver com a ADIN e com a Câmara Municipal este ponto. -

Relativamente a este relatório de contas da ADIN do ano de 2022, que já foi aprovado, apontam lá uma situação que eu julgo que é de extrema importância e a todos nos deve preocupar. E posso citar, por exemplo, o que está escrito na pág. 9, em que são apontados riscos para a saúde pública, neste caso para a população das Freguesias de Felgar e Souto da Velha, cuja gestão da água se mantém da responsabilidade da Junta de Freguesia. Pode ainda ler-se que não estão desenvolvidos todos os mecanismos e procedimentos de monitorização e controlo da qualidade da água. Dizem mais, "*que garantam a qualidade da água consumida por estas populações*". ---
O mesmo relatório afirma, relativamente à entidade gestora da água na freguesia, que estas situações foram objeto de ações judiciais movidas pela ERSAR, através do Ministério Público, contra estas freguesias, aguardando a ADIN as decisões judiciais. -----

Perante esta situação, que é gravíssima, Sr. Presidente, perguntamos: de que forma está a ser assegurada a qualidade da água em Felgar, Souto da Velha e Carvalhal? Sabem os consumidores desta União de Freguesias que a água que corre nas suas torneiras pode constituir um risco para a saúde pública? Que entidade é responsável caso se venham a verificar consequências para a saúde pública? -----

Obrigado -----

-----**O Presidente de Mesa:** Para terminar esta ronda, o Sr. Deputado Vítor Vieira. -----

-----**O Deputado Vítor Vieira:** Bom dia, Exmos. Membros da Mesa da Assembleia, membros do Executivo, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários do Município, estimado público presente. -----

Quanto a este ponto, vou fazer uma pequena introdução de alguns pontos e aspetos a reter que, na minha ótica, me parecem a mencionar, não me querendo alongar muito. -----

Uma consolidação de contas não é mais do que uma simples agregação de elementos financeiros individuais de empresas que compõem o grupo. Na consolidação de contas temos em conta o investimento da empresa que tem o interesse demonstrado, ou o custo histórico, no seu balanço, é substituído pelos elementos ativos e passivos dos balanços das empresas subsidiárias, a eliminação de saldos e de transações geradas dentro do grupo, e o apuramento do valor dos interesses sem controlo. -----

Isto resulta numa visão do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e segregando a parte dos investimentos e resultado acumulados atribuíveis a terceiros. -----

Esta visão global é vantajosa, pois permite logo à partida identificar a composição do grupo, entender a natureza das suas atividades internas e externas e a saúde da sua posição financeira. O Município de Torre de Moncorvo, pode-se constatar que tem uma participação no capital social da ADIN no valor de 2.356.125€, correspondendo à participação atual de 8,68%, um aumento verificado, passando dos 7,75% tidos no ano de 2021, situação provocada pela diminuição do capital social da ADIN, que passou de 30.398.050€ para 27.148.050€, justificada pela redução da participação do Município de Vila Real. -----

Verifica-se também uma diminuição, do ano de 2021 para 2022, de vinte e sete pontos percentuais na despesa corrente, facto este justificado pela diminuição significativa da aquisição de bens e serviços. -----

Nota-se também um total do passivo na ordem dos 11.000.000€, sendo que destes, 55% se encontra no passivo não corrente registado com financiamentos obtidos. -----

A nível da rubrica de proveitos, salienta-se o peso da importância das transferências e subsídios obtidos. -----

Saliento que com o aumento do volume das dívidas, e uma parte importante que estava no relatório de contas da ADIN – e essa, sim, está a preocupar-me, que é o aumento das dívidas dos clientes, e manifesto a minha opinião de preocupação social, sendo que a água é um bem essencial para a vida, bem como o tratamento dos resíduos. -----

Este ponto merece um olhar mais atento, para questionar, e também para vos convidar a fazê-lo, do porquê de isto estar a acontecer. Será que pelo preço da água, ou pela conjuntura económica que atravessamos? E o que se poderá fazer, para que este aspeto possa ser melhorado? -----

Aproveito também para perguntar ao Sr. Presidente do Município e do Executivo se terá os valores em que isto está no nosso Município, se aumentou as imparidades no nosso Município, dos clientes, ou se não tem esse resultado. -----

Posto isto, analisando os rácios, parece-me que estamos perante uma estrutura sólida. -----

Quanto à minha segunda consideração deste relatório, não posso deixar passar um relatório que é técnico, e não poderia deixar passar isto que, para mim, é uma coisa irrisória. É na pág. 67,

que diz respeito à União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha. Como é do conhecimento de todos vós, estamos a braços judicialmente com esta empresa ADIN há vários anos. Não podemos nem queremos aceitar que nos tirem o nosso património e cultura, principalmente a troco de nada, e por este motivo, os tribunais decidirão a trajetória da União de Freguesias neste sentido. -----

Analisando a consolidação de contas, a ADIN menciona a dada altura que podemos estar a prejudicar a saúde pública da população da União de Freguesias do Felgar, Carvalhal e Souto da Velha. Isto para mim não é mais do que um *modus operandi* para forçar mais uma vez e fazer ainda pressão na entrega, injustamente, das nossas águas. -----

Toda a gente conhece o Felgar pelas suas características únicas no concelho – uma é o barro, a outra é a água. A abundância de água faz parte da nossa história e da nossa identidade, temos um regadio secular, único, pelas ruas das freguesias. Temos de preservar, portanto, o que para nós é o nosso património. -----

A questão das águas e da saúde pública, para mim a saúde, bem como o bem-estar da população, é mais importante que qualquer braço de ferro. Portanto, mais importante do que levantar qualquer tipo de quezílias é ser transparente como a água. -----

Desta forma, como é óbvio, a União de Freguesias segue todos os trâmites legais, tendo um laboratório independente e faz análises regulares, que é o Laboratório Regional de Trás-os-Montes – este laboratório é reconhecido pela própria entidade ERSAR. E tendo dado sempre valores, e algumas vezes algumas correções que fazemos, acatamos sempre as indicações do Delegado de Saúde, como qualquer outra demais entidade nesta matéria. -----

Deixo aqui para consulta as últimas análises recebidas, que datam de 29 de maio de 2023, e estamos a aguardar as de junho. Portanto, são análises efetuadas periodicamente. E eu posso dizer que bebo água diariamente, e nunca na vida ia prejudicar a população, nem os meus filhos, que para mim são o essencial da vida. -----

Esclareço ainda que temos um despacho do Tribunal Administrativo de Mirandela a dar-nos a razão no caso da saúde pública, das análises que nós apresentamos a esse mesmo problema. Quanto à ADIN, e para terminar, só me resta dizer que deixe os tribunais fazer o seu trabalho, e que não se preocupe tanto com o nosso trabalho – pelos vistos bem feito, pelo juiz de Mirandela – e se concentre mais no que é seu por exclusivo, tais como o saneamento, esgoto, ETAR's – isso, sim, prejudica a saúde pública. -----

Muito obrigado pela atenção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

Pedro
RN

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Algumas questões que irei responder, obviamente que um dos edifícios do GAT já está resolvido, bem como outros que ainda constavam como terrenos agrícolas, e que ainda estão para regularizar – aliás, hoje a própria agenda traz aqui duas situações também para regularizarmos. -----

Sr. Deputado José Aires, aqueles 156.000€ de que fala são pavimentações, que têm que entrar para o domínio público. Sempre que seja, quer um pequeno remendo, seja uma grande pavimentação, tem que entrar para os bens do domínio público, e tem que ser obviamente descarregado aqui. -----

Quanto à pergunta que me fez, da AMPV, a AMPV não poderia estar, obviamente, porque aderimos em 2022. Portanto, estamos no ano de 2022 ainda, virá no ano de 2023. -----

Nas concessões e apoios a rendas, como sabe, o Baixo Sabor não está previsto, e não está previsto porque erradamente – e desde sempre defendemos isso dessa forma, que é errado, porque acabamos por ser prejudicados. A Valeira e o Pocinho, esses sim, estão nas rendas; o Baixo Sabor e o Tua não estão, por uma razão, porque foi, na altura da assinatura com o Poder Central, feito através de um fundo. E o que a EDP defendeu foi que, não, há um fundo, e, portanto, o Decreto-lei que regulamenta o montante das rendas não se pode aplicar ao fundo do Baixo Sabor. E nós nunca aceitámos isto. Por quê? Porque o fundo do Baixo Sabor tem a ver com medidas de mitigação dos efeitos provocados pelo empreendimento, para além disso há muito pouco tempo é que o fundo veio para a gestão da Associação de Municípios do Baixo Sabor, quem geria era o ICNF, e tinha metas muito bem vincadas e medidas de mitigação e compensação, eram aquelas que o ICNF pretendia. Sendo assim, os Municípios muitas vezes nem podiam dizer nada. Eu dou-lhe um exemplo: nós sempre tentámos que os caminhos de acesso às propriedades fossem repostos, e se não podiam ser pelo sítio onde estavam, que se criassem outros. Mas, aí já não podia ser, porque eram caminhos novos. Mas, isso estava contemplado no fundo e nas medidas que tinham como principal escopo dar algo aos Municípios pela implantação das barragens no seu território. -----

Ora, as rendas não têm nada a ver com isto. As rendas estão previstas num Decreto-lei, que hoje se discute se serão válidas, ou não. E se serão válidas, por quê? Quando o Decreto-lei foi aprovado só havia um operador, que era a EDP. E a EDP, como medidas de compensação, entregava um montante aos Municípios, que era negociado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e que, por sua vez, era depois enviado – e ainda hoje se faz – através de projetos para a Associação Nacional de Municípios, que os aprovava, enviava à EDP, e a EDP transferia esses montantes para os Municípios. -----

Ora, hoje, a EDP vem dizer uma coisa curiosa, que é esta: hoje, não temos o exclusivo do negócio, temos a IBERDROLA, temos uma série deles, que já concorrem connosco, e concorrem mesmo quando queremos fazer uma barragem nova, quando queremos construir. Esta é a

Redu
fol.

situação que hoje se discute, sendo certo que a Associação de Municípios do Baixo Sabor está, neste momento, com um gabinete jurídico, a estudar a possibilidade de esta norma, que as barragens com fundo não podem ter rendas, de poder pedir essas rendas com efeitos retroativos, para serem obrigatoriamente entregues aos Municípios. -----

Como sabem, eu não sou Presidente da Associação de Municípios neste momento, mas sei que o colega de Alfândega da Fé, o Presidente Eduardo Tavares, está com esse processo em mãos, e que apresentará provavelmente nesta próxima Assembleia. Tem a ver exclusivamente com isso, a divergência que nós temos com o Poder Central, de quem tem fundos – e os fundos, reparem, quando foram aprovados, foram aprovados diretamente pelo Poder Central para as medidas de compensação e indemnização; ou seja, não estão na dependência dos Municípios. Neste momento, estamos a rever isso, porque a própria fórmula foi revista porque, noutros tempos, as compensações dos impostos que o Estado imputava às operadoras elétricas foram imputadas nas fórmulas dos fundos. Ainda ficámos, de alguma forma mais prejudicados. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda, quem pretende intervir? Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado. -----

Sr. Presidente, como deve estar recordado, aludi na reunião ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, aquando da proposta de adesão à AMPV, para o facto de as contas dessa associação, exclusivamente constituída por Municípios portugueses, não se encontrarem publicadas e acessíveis no seu sítio da internet. -----

No dia 31 de maio de 2022 foi publicada no *site* da referida associação a notícia com o título “AMPV com mais catorze Municípios associados nestes primeiros meses de 2022”, onde podemos observar o nome de Torre de Moncorvo. -----

Agora, passado mais de um ano sobre a data em que o Município de Torre de Moncorvo aderiu, nada mudou. Mais uma vez, pergunto o motivo de a Associação de Municípios Portugueses do Vinho não constar no relatório do documento das demonstrações orçamentais e financeiras respeitante ao ano de 2022, e por que razão não consta no *site* da AMPV o evento âncora “Vinho Sabor Douro”, levado a cabo anualmente pelo Município de Torre de Moncorvo, no mês de setembro, na Praia Fluvial da Foz do Sabor. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo, prescinde? Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Como referi na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente, e até ao dia 28 de abril de 2023, não conseguiu responder a nenhuma questão do foro económico e financeiro, ou até contabilístico, do Município. Mas, confesso que se esmerou um pouco na última Assembleia Municipal, embora fosse evidente o facto de não ter conseguido responder a nenhuma das questões colocadas. -----

Questiono nesta Assembleia Municipal todos os Srs. Deputados, e até o Sr. Presidente, se conseguem decifrar toda a informação disponibilizada. Atentem no Quadro E, na pág. 15, referente à estrutura organizativa, relativamente à ADIN. Conseguem ler toda a informação? Se sim, começo a ficar preocupado com a minha saúde, porque posso estar a sofrer de astigmatismo. -----

Adicionalmente, é de difícil perceção o gráfico presente no Ponto B, relativamente à demonstração de resultados, devido à coloração do texto. Quando se apresenta algo a alguém, deve ter-se brio e não apresentar por apresentar, e depois os deputados perdem mais tempo a tentar decifrar do que a analisar. Isto para evitarmos pensar que estamos na presença de uma frágil tentativa de esconder alguma coisa. -----

Relativamente às demonstrações financeiras, mais propriamente no que se refere aos subsídios de exploração, subsídios de exploração são concedidos de forma a assegurar uma rentabilidade mínima, ou de forma a compensar défices de exploração de um dado exercício. Tendo em conta a variação de 1.000.000€, não considera este um valor material, de forma a estar explícito numa nota no anexo? É um número redondo e de fácil perceção para uma pessoa formada em economia, mas o Sr. Presidente deve perceber que as demonstrações financeiras também devem ser analisadas por outras pessoas, e não devem ser discriminadas. -----

Por isso, considero que o Sr. Presidente, quando traz aqui documentos, deve pelo menos ter esse cuidado, de fazer política para todos e sermos solidários e sensíveis a todos, e tentarmos integrar todos. -----

Contudo, Sr. Presidente, uma consolidação de contas diz respeito à apresentação de contas de um grupo empresarial, como se de uma única entidade económica se tratasse, expurgando-se sempre os efeitos das transações intragrupo, elimina-se também sempre os saldos recíprocos, e também sempre as margens de lucro não realizadas entre as entidades que integram esse grupo. -----

Desta forma, tendo em conta que na última Assembleia Municipal votei contra relativamente às contas do ano de 2022, e tendo em conta o anteriormente disposto, a minha apreciação relativamente à consolidação de contas do ano de 2022 não é favorável. -----

Obrigado. -----

Luís
Dias
101

-----O Presidente de Mesa: Sr. Deputado Luís Dias, prescinde? Sr. Presidente da Câmara. ----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Obrigado, Sr. Presidente. -----

Quanto às contas da AMPV, eu ainda não estive presente na reunião, mas será um dos temas que iremos abordar, porque em 2023 refletir-se-á nestas contas consolidadas do Município, como é lógico. -----

Quanto ao “Vinhos - Sabor Douro”, é um evento âncora da CIMDouro – e vai ter a participação da AMPV, com um evento que é o final, como eu disse aqui, da Cidade Europeia do Vinho, e será a Rainha das Vindimas, que abrange todos os Municípios que pertencem à AMPV, e que será realizado em Torre de Moncorvo. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. -----

Iremos votar, então, o Ponto n.º 2, Apreciação da Consolidação de Contas do ano de 2022. Votos a favor? Votos contra? Abstenções? Portanto, foi aprovado, com vinte e quatro (24) votos a favor, dois (2) votos contra, uma (1) abstenção, e não estava presente a Sra. Deputada Diana Cabeleira. -----

Três minutos, Sr. Deputado. Faça favor, Sr. Deputado, tem três minutos. -----

-----O Deputado José Aires: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----Declaração de voto: -----

Assembleia Municipal de 26 de junho de 2023: -----

“Dadas as manifestas incorreções e incongruências detetadas na análise da Prestação de Contas de 2022 submetida por parte da Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal, já expostas na passada sessão ordinária de abril, e os insuficientes esclarecimentos prestados pelos seus representantes, tendo a noção de que a consolidação de contas para o ano de 2022 tem por base a contabilidade analítica do Município e as demonstrações orçamentais, venho por este meio e pelos motivos acima referidos justificar o voto contra neste ponto. -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

E passarei a entregar na Mesa. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação em vigor, apreciou e deliberou **por maioria**, com 24 votos a favor, 2 votos contra (dos deputados José Aires e Diogo Oliveira) e 1 abstenção (do

Pedro
47

deputado António Júlio Andrade) votar a “Apreciação da Consolidação de Contas do ano de 2022”. -----

-----Estava ausente no momento da votação a deputada Diana Cabeleira. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FELGAR E SOUTO DA VELHA – BARRAGEM DE VALE DE FERREIROS. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados José Aires (PS) e Luís João Dias (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Passávamos ao **Ponto n.º 3**, Regularização de Terrenos na União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha – Barragem de Vale de Ferreiros. -----

Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Esta é uma situação fácil de resolver, só que tem muitos anos, foi uma tomada de posse administrativa por parte da Câmara Municipal aquando da construção da Barragem de Vale de Ferreiros, e só agora, quando os proprietários tiveram que fazer uma relação de bens, é que repararam que um dos artigos ainda estava inscrito no nome deles, e portanto, temos que os passar para o domínio público – que já estão na barragem – da Câmara Municipal. -----

É tão simples quanto isto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Intervenções, quem pretende intervir? Sr. Deputado José Aires e Luís Dias. -----

Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, aproveito esta minha intervenção para saudar a forma como foi preservada a documentação anexa a este ponto. Embora ainda longe da época digital em que nos encontramos, dado a documentação ser referente aos anos de 1982 e 1983,

a sua conservação em arquivo e o facto da sua relevância para o assunto em discussão releva a importância da sua conservação. -----

Espero que os documentos, sejam físicos ou digitais, produzidos atualmente pelos serviços municipais tenham direito ao mesmo tipo de arquivamento / backup. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias, prescinde? Sr. Presidente, prescinde? -----

Segunda ronda de intervenções. Não há intervenções. -----

Vamos votar, então, o Ponto n.º 3, Regularização de Terrenos na União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha – Barragem de Vale de Ferreiros. Votos a favor? Votos contra? Abstenções? Portanto, foi aprovado, com vinte e seis (26) votos a favor, e estavam ausentes dois deputados. Vamos passar ao Ponto n.º 4, e eu vou ausentar-me, porque me sinto impedido, irei passar aqui a palavra ao Pedro Carrasqueira. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, deliberou **por maioria**, com 26 votos a favor **aprovar a “Regularização de Terrenos na União de Freguesias de Felgar e Souto da velha – Barragem de vale de Ferreiros”**. -----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados Bernardo Silva e Luiz Marcelino Lopes.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FUNDO DE FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO – ÁREA DA EDUCAÇÃO. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O 1.º Secretário da Mesa:** Bom dia. -----

h
Pedro
M



Ponto n.º 4, Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Fundo de Financiamento de Descentralização – Área da Educação. -----

Vou passar a palavra ao Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente em exercício. -----

Este contrato interadministrativo surge na delegação de competências que o Ministério da Educação delega na Câmara Municipal, e por sua vez, a Câmara Municipal delega na escola. -- Por uma questão de rapidez, em termos da análise do contrato, nada tem de diferente do anterior, à exceção da cláusula quinta, que eu pedia a vossa atenção. Nos encargos das instalações, o anterior, que vigorou até agora, tinha um montante de 55.798,50€, e passou para 74.398€. Na conservação das instalações, tinha 15.000€, que é o tal montante que nunca foi transferido, nem para a escola, nem para a Câmara, e tenho alguma dúvida de que agora se vá transferir, porque é uma escola nova. Dos 15.000€, está hoje em 43.119,82€. E nos apoios alimentares, 33.625,73€, uma vez que houve um aumento da participação, passou para 44.834€. ----- Por que é que só agora vem este contrato? Porque as verbas que foram aprovadas pela DGAL só foram conhecidas em maio. E portanto, só agora, na primeira Assembleia, é que o trouxemos.

-----**O 1.º Secretário da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para as intervenções. Não há. Vamos passar à votação. Votos a favor? Foi aprovada, com vinte e sete (27) votos a favor. Muito obrigado. ----- Passamos ao Ponto n.º 5, Emissão de Provas de Vida no âmbito da Portaria 54-A/2023, de 27 de fevereiro. ----- Passava a palavra ao Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, com 27 votos a favor deliberou **aprovar a “minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências – Fundo de Financiamento de Descentralização – Área da Educação”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — EMISSÃO DE PROVAS DE VIDA NO AMBITO DA PORTARIA 54-A/2023, DE 27 DE FEVEREIRO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS) -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

A questão aqui trata-se de ir ao encontro da Portaria n.º 54-A/2023, que tem a ver com a possibilidade de os nossos pastores poderem candidatar cães de gado a um subsídio. Como não constava no nosso regulamento a taxa que é aplicável, tem que vir à Assembleia Municipal para a criação da taxa – que é o mínimo, são 5€ - para poderem ter as declarações previstas na portaria. -----

Pronto, esta situação tem que ver que nós próprios só podemos emitir essa licença se tivermos no nosso regulamento o montante cobrado pela própria licença que está proposta na portaria. --

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Intervenções no Ponto n.º 5. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado. -----

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Município, sei bem que por mais do que uma vez, assumiram aqui que iam apurar responsabilidades, mas o facto é que continuamos sem perceber que tipo de responsabilidades foram anteriormente apuradas por V. Exas. A incúria e o desleixo mantêm-se. Basta verificarmos a Informação n.º 975/2023 do Gabinete Municipal de Veterinária, dirigida ao Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, onde é referido que no âmbito da publicação da Portaria n.º 54-A/2023, de 27 de fevereiro, têm sido solicitadas emissões de prova de vida e aptidão para cães de gado. Na lista de procedimentos referidos podemos ler que consta “determinação da sua altura, em centímetros, medida do solo ao garote”. Ora, segundo o dicionário da língua portuguesa, “garote” é o imperativo do verbo “garotar”, que por sua vez significa “andar na garotice, fazer garotices, brincar”. -----

Observando o desleixo constante e permanente na documentação que nos é remetida sessão após sessão, não diria melhor. -----

Não posso deixar de relembrar a V. Exas. que os membros deste órgão do Poder Local merecem ser tratados com respeitabilidade e dignidade. -----

No que concerne ao conteúdo da informação prestada e da proposta apresentada, de referir que o detalhe apresentado é, no mínimo, incompleto, pois não refere qual ou quais os artigos da portaria a que se refere. -----

Após a análise da mesma, podemos verificar que estabelece o regime de aplicação dos apoios aos programas de ação em áreas sensíveis, no que se refere à aplicação do Domínio “D2 –

Programas de Ação em Áreas Sensíveis, do Eixo D – Abordagem Territorial Integrada – Continente”, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal) no continente. -----

A reforma da política agrícola comum (PAC) em 2021 estabeleceu um quadro regulamentar que introduz alterações nos seus objetivos, instrumentos e mecanismos de avaliação, os quais passam a estar integrados num plano único a nível nacional, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC). O PEPAC inclui os dois fundos agrícolas da PAC, o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e tem como enquadramento legislativo os regulamentos n.º 2021/2115 e 2021/2116, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu. -----

A PAC deve garantir a segurança alimentar, através do acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos e deve, igualmente, contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, através da concessão de apoios ao nível das intervenções do desenvolvimento rural, no âmbito de compromissos em matéria de ambiente e de clima, bem como no âmbito de outros compromissos de gestão. -----

Presumo, por isso, que se refira ao art.º 34.º e seguintes da “Secção I - Proteção do lobo ibérico”. Pergunto ao Sr. Presidente se confirma a minha presunção? -----

Nela também não constam os dados relativos ao número de cães de gado que se sabe ou estima existir no concelho, nem o número de proprietários. Pergunto a V. Exa.: atendendo aos dados existentes em cadastro e ao levantamento que decerto foi efetuado pelos serviços competentes do Município, quantos são? -----

Pergunto-lhe, por fim, qual a metodologia e a fórmula adotadas, visto as mesmas não constarem da documentação anexa para chegar ao valor de 5€ que agora nos propõe, e com o qual se propõe onerar os agricultores que se dedicam à atividade da pastorícia? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado, como saberá, eu não sou um especialista em lobos, nem em cães de gado – não sou. Mas, uma coisa lhe digo: se tivesse estado atento veria que esta portaria foi consecutivamente aplicada, retirada, e no que respeita ao concelho, vou dar-lhe dois ou três exemplos: numa altura, a Associação de Municípios do Baixo Sabor, juntamente com a EDP, tinha um subsídio para ser aplicado na obtenção de cães de gado, e isso para medidas de apoio ao lobo ibérico. -----

Agora, nós já tivemos aqui situações em que esteve só a União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, depois já foi a Freguesia de Maçores e a União de Freguesias de Felgueiras e Maçores,

depois foram todos retirados, já não estávamos dentro. Depois, havia a primeira fase, que era só para o cão de gado transmontano, aqui no nosso território, mas depois já não era só para o cão de gado transmontano, era para qualquer raça que fosse de defesa dos rebanhos. -----
Agora, o cerne da questão não é esse, não é nada disso; o cerne da questão é que nós temos no nosso regulamento das taxas, cujo valor mínimo são 5€, neste momento, não temos este em concreto – não tínhamos e devíamos ter, para estrar de acordo com a referida Portaria. -----
O que o Sr. Deputado podia ter dito era: então, nós vamos aprovar os 5€, e se o pobre do pastor nem rendimento tem para isso nesse ano? Podemos isentá-lo? Podemos, depois de ter sido criado; nós não podemos isentar sem ser criado, porque não está lá. Esta é que é a grande questão, nós temos primeiro que criar e ter a nossa taxa, de acordo com a Legislação decorrente desta portaria, e depois, se entendermos que pode ser uma medida de apoio, isentamos, ou não, e aí ficará também ao cuidado de quem decidir. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado. -----
Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara. -----
Palavras, leva-as o vento; exigimos ação e esperamos poder verificar já na próxima reunião uma outra atenção, quer na forma, quer no conteúdo com que a documentação é tratada e apresentada a este órgão. Onde está escrito “garote”, devia estar escrito “garrote”. Não basta ver folha a folha, também é preciso terem em atenção o seu conteúdo. -----
Sr. Presidente do Município, você diz-se defensor da agricultura e dos agricultores, mas o que aqui nos traz é a criação de mais uma taxa que vai onerar precisamente os agricultores do concelho. Não é compreensível que diga uma coisa e faça outra. Nesta, como noutras matérias, exigimos-lhe coerência. Nada na referida portaria – que eu tenha verificado – obriga à criação ou aplicação de uma taxa para prestar o referido serviço. A sua proposta parte exclusivamente da sua vontade e do Executivo Camarário. -----
Lembro-lhe que em fevereiro deste ano, trouxe aqui uma tomada de posição, subscrita pelo Sr. Vereador Hélder Ferreira e pela Sra. Vereadora Maria da Piedade Meneses, cujo objetivo era minimizar os impactos que o clima teve na produção agrícola. Considera V. Exa. que esses mesmos impactos de seca extrema não afetaram a pastorícia? -----
Não consigo verificar em lugar algum da referida portaria assinada pelo Exmo. Sr. Ministro do Ambiente e Ação Climática, Dr. Duarte Cordeiro, a obrigação de criação de uma taxa, como

agora nos propõe aprovar V. Exa. – e corrija-me se estiver errado. Pergunto, Sr. Presidente, qual é a previsão de receita da taxa para o corrente ano de 2023, caso seja aprovada. -----

Os proprietários dos cães de gado que já usufruíram do serviço prestado também estarão sujeitos ao pagamento de taxa, com efeitos retroativos, ou ainda ninguém usufruiu do serviço? É que no caso de não ocorrer, irá criar um grave caso de discriminação. -----

Basta pesquisar no *Google* por “pastorícia” e “Torre de Moncorvo” para percebermos que os primeiros treze resultados são relativos ao *site* do Município e se referem às mais diversas povoações do concelho, o que *per si* elenca a importância desta atividade. Não se percebe, pois, a criação de mais uma taxa ou taxinha para onerar quem trabalha de sol a sol durante trezentos e sessenta e cinco dias por ano. -----

É sabido que a atividade pastorícia tem relevantes e benéficos impactos para o ambiente e a gestão de faixas de combustível, que contribuem para o equilíbrio e sustentabilidade do território. Penso, caso se deseje passar das palavras aos atos, ser possível acomodar esta despesa, utilizando, por exemplo, uma pequena parte dos 50.000€ de receita estimada, inscritos no Orçamento para 2023, e já em execução, referentes ao projeto de exploração mineira a cargo da Aethel Mining. Seria uma forma justa de compensar uma atividade com elevados benefícios ambientais e sociais por uma atividade com relevante impacto ambiental negativo, como é o caso da atividade mineira. -----

Aproveito para o questionar qual a verba que já deu entrada nos cofres do Município proveniente dos *royalties* da exploração mineira desde o início do ano até ao presente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, cinja-se ao ponto. Sr. Deputado, desculpe, estamos a falar de um ponto, o senhor já está a falar de outro ponto, isso é um abuso do ponto da ordem de trabalhos. Desculpe, Sr. Deputado, isso tem que acabar. -----

Sr. Deputado, faça favor de falar do Ponto n.º 5. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sras. e Srs. Deputados, este é o momento que vai definir quem apoia os agricultores e quem os procura onerar. Votarei de forma consciente e segura contra esta taxa, na defesa dos superiores interesses do Concelho de Torre de Moncorvo e dos seus agricultores. Espero que façam o mesmo. E caso optem pela outra via, posso informar os nossos conterrâneos, na próxima edição da Expo Moncorvo, que se vai realizar a 12 e 13 de agosto, onde é comum a exposição de rebanhos e de matilhas de cães de gado, da posição assumida no dia de hoje. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Primeiro ponto, isto está assinado, o documento, por uma técnica. É um erro, acontece a toda a gente, provavelmente o corretor ortográfico fez esse erro. -----
Segundo ponto: esta taxa de 5€ é para depois os pastores se poderem candidatar a um subsídio. Ou seja, é à conta desta licença que é dada, que passa a chamar-se “documento de identificação de animais de companhia”, designado DIAC, é a partir desse documento que eles se poderão candidatar. -----

Terceiro ponto: o Sr. Presidente corrigiu logo o “garote” para “garrote” na apresentação do ponto, por isso teve essa cordialidade connosco quando deu com o erro, e também disse que se for preciso isentar, criar-se-á *a posteriori*, depois de criar a taxa, uma isenção. Acho muito bem que se apoie – aliás, já este ano se apoiaram os pastores com palha forrageira para alimentação desse mesmo gado. Ou seja, há muito tempo que este Executivo já tem esse cuidado de ajudar essa atividade, provavelmente das mais benéficas contra os incêndios, como vetor de propagação de espécies, a pastorícia é essencial no espaço rural. E, muito bem, este Executivo tem apoiado com a doação de palha, que vai contra o negócio de alguns que vendem palha, é verdade, mas que se sente a necessidade, já que estes pastores são obrigados, por exemplo, a ter contabilidade organizada e pagar cento e tal euros a um contabilista por mês – cento e tal euros são dois borregos. Ou seja, vinte e quatro borregos do pastor são para pagar o contabilista. Isso preocupa-me muito mais, no país em que vivemos, em que acima de 12.500€ temos de ter contabilidade organizada, do que 5€ de que pode ser isento. Com isso é que o Sr. Deputado se devia preocupar. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

O que o Sr. Deputado aqui trouxe, isso é a “politicazinha”, é mesmo a “politicazinha”, porque o senhor ainda não percebeu que para o técnico do Município realizar este trabalho, precisa de estar inscrito no regulamento das taxas, e só com a possibilidade de o técnico realizar este trabalho é que o pastor se pode candidatar. O que o senhor, com a sua atitude, se todos fizessem igual, era que os pastores do Concelho de Torre de Moncorvo não pudessem usufruir de um benefício que é dado aos outros a nível nacional. Por quê? Por uma “politicazinha” de nada. ----
E portanto, é esta a nossa forma de discordar. Nós podemos isentar tudo e mais alguma coisa, mas temos que isentar alguma coisa que esteja prevista no regulamento. E portanto, não está. O funcionário não pode exercer este tipo de atividade se não estiver lá previsto – as licenças de cães, esse tipo de coisas. -----

Pedro
AD

E agora, a declaração para a Junta de Freguesia tem um valor, como todas elas, porque depois o Sr. Deputado estava aqui a perguntar: “Então, quanto é que foi isto, que não está aí previsto? Ofereceram a este e não ofereceram àquele.” Não, assim todos sabem quanto é que têm de pagar, e qual é o mecanismo legal que têm que fazer para se poderem candidatar. E é assim que tem de ser. E se se mantiver 360€ por cão – e atenção que, depois, cada cão é pelo número de ovelhas que possa ter, não é indefinido. -----

E portanto, esta é a forma legal de fazermos as coisas. Eu penso que tenha sido perceptível para todos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Vamos votar. Quem vota a favor? Votos contra? A proposta foi aprovada, com vinte e seis (26) votos a favor, e dois (2) votos contra. -----

Declaração de voto? Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

----- **Declaração de voto,** -----

Assembleia Municipal de 26 de junho de 2023: -----

“Considerando que a publicação da Portaria n.º 54-A/2023, de 27 de fevereiro, em nada obriga o Município a criar mais uma taxa que irá ter impacto e onerar os agricultores do Concelho de Torre de Moncorvo. -----

Considerando os insuficientes esclarecimentos prestados pelo Executivo sobre a forma e metodologia de cálculo para a fixação do valor. -----

Considerando ainda os benefícios da atividade da pastorícia para a sustentabilidade ambiental, manutenção das faixas de combustível e combate às alterações climáticas. -----

Venho por este meio e pelos motivos acima referidos justificar o voto contra. -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Ponto n.º 6, Programa 1.º Direito – Alteração da Estratégia Local de Habitação – Aditamento ao Acordo de Colaboração. -----

Sr. Presidente da Câmara, faça favor. Faça favor, Sra. Vereadora. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, deliberou com 26 votos a favor e 2 votos contra (dos

deputados Diogo Oliveira e José Aires), aprovar a “Emissão de Provas de Vida no âmbito da Portaria 54-A/2023, de 27 de fevereiro” e fixar a taxa no valor de 5€ (cinco euros). -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — PROGRAMA 1.º DIREITO – ALTERAÇÕES DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO - ADITAMENTO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS) -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Muito bom dia a todos. Cumprimento os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas. -----

Este ponto prende-se com a alteração que nós propusemos e que votámos aqui em reunião municipal, e na qual a Estratégia Local de Habitação assumiu o seu valor, mediante a apresentação de novas soluções habitacionais no âmbito do Primeiro Direito. -----

E nesse contexto, há necessidade de fazer um aditamento ao acordo de colaboração entre o IHRU e o Município, no qual foram incluídas também algumas soluções habitacionais para habitações pertencentes às Juntas de Freguesia. -----

Neste momento, com o aditamento, como viram, o valor orçamental passa de 2.259.687€ para 3.843.959€. -----

Para uma questão de esclarecimento de V. Exas., informo que o acordo é sempre feito com base no âmbito do Programa “Primeiro Direito”, sendo financiado de acordo com este programa, a não ser nos casos estipulados por Lei, através da Portaria n.º 138-C/2021, no qual é permitido que, neste caso, do Município, e outros promotores individuais, que possam fazer no âmbito do PRR. E assim sendo, se for no âmbito do PRR, e até junho de 2026, e nas primeiras vinte e seis mil casas que sejam beneficiárias do PRR, teremos direito a uma percentagem de 100%. -----

Por isso, nós assinamos um acordo de colaboração com o IHRU no âmbito do Primeiro Direito, e teremos direito à percentagem de 100% se fizermos até junho de 2026, no âmbito das candidaturas do PRR. -----

Posso também afirmar que este acordo de colaboração contempla os quarenta e dois apartamentos no Bairro do Santo Cristo, oito apartamentos no Bairro José Leandro, a construção de um prédio habitacional, três habitações para aquisição e reabilitação, três reabilitações no âmbito do programa 1, º Direito (Bairro da Fonte Carvalho), uma aquisição e reabilitação de uma habitação, e um montante aprovado na medida “arrendamento para subarrendamento”. -----

M.
Pedro
R.V.



Nas Juntas de Freguesia estão enquadradas neste acordo sete reabilitações de frações habitacionais destinadas a famílias carenciadas. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----
Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Aires, penso que é só. Faça favor, Sr. Deputado.

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado. -----
Referir só que o Sr. Presidente do Município já se ausentou. -----
Sra. Vereadora, a empreitada de construção / reparação / beneficiação de habitações no âmbito do Programa "Primeiro Direito", quatro lotes, foi adjudicada à empresa Manuel Joaquim Caldeira, Lda., com um contrato assinado a 17 de julho de 2021, no valor de 1.243.364,13€. Teve início no dia da assinatura do contrato, e prazo de execução a terminar um ano depois, no dia 7 de julho de 2022. -----

Antes das eleições autárquicas de 2021 foram afixadas lonas publicitárias deste programa em diversos locais espalhados pela Vila de Torre de Moncorvo, anunciando o melhoramento de edifícios habitacionais num futuro próximo, que iriam proporcionar condições dignas a um extrato da população mais desfavorecida. -----

Passado um ano e meio, e consultada a situação dos contratos na Prestação de Contas de 2022, vemos que só foram pagos 269.546,33€, correspondente a cerca de 22% dos trabalhos contratualizados. A este ritmo, esta empreitada só estará terminada daqui a quatro anos. A que se deve o atraso, e qual a previsão para a conclusão desta empreitada? -----

Na documentação enviada – que o Sr. Presidente poderá mostrar – na tabela que constitui o anexo 1, com a programação financeira, só se consegue ler o título, a restante tabela está ilegível, não permitindo tomar conhecimento da programação, prazos e valores envolvidos. Mais uma vez se verifica a falta de cuidado e negligência por parte dos serviços na apresentação dos documentos para apreciação e votação pela Assembleia Municipal, situação recorrente que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem obrigação de verificar antes do envio aos deputados municipais. -----

Acrescento o meu veemente protesto, recomendando ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que exerça as suas competências e o apuramento de responsabilidades, para que a situação não se volte a repetir. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Vereadora. -----

16
Pedro
101.

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Sr. Deputado, na verdade, houve suspensão da empreitada, durante alguns períodos, motivados por questões de falta de mão-de-obra, e problemas no fornecimento de material ao empreiteiro. -----

Realmente, concordo que a empreitada anda demasiado devagar. Nós temos, como sabemos, até junho de 2026 para ter todas estas soluções de alojamento concluídas, se queremos participação a 100% - isto é, se o conseguirmos, não é se o queremos, porque queremos, com certeza que todos queremos; se o conseguirmos. Se não conseguirmos, estamos "cobertos" pelo aditamento ao acordo de colaboração, nos montantes que estão estipulados no mesmo acordo de colaboração, porque o "Primeiro Direito" continua pelos anos subsequentes. -----

No entanto, quero lembrar – e eu estou cansada de falar neste assunto, este é um assunto que realmente nos preocupa, ao Executivo, a velocidade com que as empreitadas estão a decorrer, quer no "Primeiro Direito", quer noutras situações de concursos que estão a decorrer e que ficam desertos, e isto é um problema que não atinge só o Município, atinge o país todo. E a nós, o que nos preocupa é realmente esta situação, estamos a tentar acautelar o mais que podemos e a pressionar o mais que podemos, quer o empreiteiro, quer o sistema do PRR, de maneira a apresentarmos as candidaturas o mais breve possível. Entretanto, a nossa ideia era terminar uma empreitada e começar outra, os procedimentos para as seguintes, só que neste momento vamos ter que, se calhar, fazer as coisas simultaneamente, senão não vamos ter tempo para conseguir terminar. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Vereadora. -----

Segunda ronda de inscrições. Passaríamos à votação. Votos a favor? Foi aprovado, com vinte e seis (26) votos, estão ausentes dois Srs. Deputados. Aprovado, com vinte e seis (26) votos. ----

O ponto seguinte é o Ponto n.º 7, Balanço Social de 2022, para tomada de conhecimento. -----

Dava a palavra ao Sr. Vice-presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou, com 26 votos a favor **aprovar o "Aditamento ao Acordo de Colaboração do Programa 1.º Direito –Alteração da Estratégia Local de Habitação"**. -----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados Bernardo Silva e Luís Miguel Lopes.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — BALANÇO SOCIAL DE 2022

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar todos os presentes, os Srs. Deputados, o público que está presente também, e os funcionários. Este é um ponto que vem todos os anos, o balanço social, que é integralmente feito pela DGAL, e é aquilo que a DGAL nos envia para ser aqui discutido por esta Assembleia. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Inscrições para o Ponto n.º 7? -----
(Interrupção da gravação) -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento do “Balanço Social de 2022”.-----

PONTO 8 — PLANO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO (PMIND)

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

A Vereadora Maria da Piedade Meneses: ... alguns planos operacionais de combate à violência doméstica, de igualdade entre géneros, e de proteção a situações também de desigualdade de género. -----

E neste contexto, o Município de Torre de Moncorvo realizou uma candidatura que permitiu o financiamento para a elaboração do respetivo Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. -----

Não querendo demorar demasiado tempo, foi feito um relatório diagnóstico, foi criada uma Equipa para a Igualdade na Vida Local, e foram constituídas neste plano um conjunto de atividades, de tarefas e de ações de formação, de várias ordens, direcionadas para vários públicos, desde os dirigentes até aos funcionários, passando pela rede social, na qual se pretende, no fundo, dinamizar e sensibilizar a comunidade local e estabelecer comportamentos que venham a trazer mais equidade entre os dois sexos. -----

Só por uma questão de curiosidade, nós, como sabem, comemoramos o Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março. Mas, uma das propostas – não é a mais importante, mas é engraçado, já diz alguma coisa sobre o mundo em que estamos, e que pretendemos que seja mais igualitário

– vamos também assinalar o Dia do Homem, que é no dia 19 de novembro – este ano, por acaso, calha a um domingo, não sei como é que vamos resolver isto. -----

Mas, a verdade é que muitas das propostas previstas nos planos de ação, o Município já as executava. Por exemplo, o dia de aniversário que é dado aos funcionários para estarem em família, ou passarem o dia como bem entenderem; algumas situações relacionadas com, por exemplo, a celebração da festa de natal com o fornecimento de prendas natalícias aos filhos dos funcionários até aos 12 (doze) anos, o programa de apoio à natalidade, os cartões de medicamentos do programa aBem e o assinalar do Dia da Criança. -----

É evidente que há aqui também coisas novas, nomeadamente no SIADAP, com a identificação de um objetivo que deverá ter em mente esta temática da igualdade de género, assim como as quotas, a Lei da Paridade, o estabelecimento da Lei da Paridade. -----

Entretanto, estão todos convidados, nomeadamente os Srs. Deputados, para trazerem algumas inovações ou algumas atividades que possam complementar aquilo que está proposto neste plano. O plano é dinâmico, dura quatro anos, e por isso ele está aberto. Nós vamos começar agora a fazer os cronogramas para as atividades – já vamos um bocadinho tarde, porque já estamos em junho, mas vamos ver se no segundo semestre já começamos a fazer algumas atividades, para as quais irão com certeza ser convidados também os Srs. Deputados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigada, Sra. Vereadora. -----

Estão abertas as inscrições para o Ponto n.º 8? Não há inscrições? Vamos votar. Quem vota a favor? Votos contra? Abstenções? Foi aprovado, com vinte e seis (26) votos a favor, e duas (2) abstenções. -----

Ponto n.º 9, Proposta de conclusão do IP2. -----

Sr. Vice-presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 26 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados Luís Dias e José Aires*) aprovar o **“Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND)”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — PROPOSTA DE CONCLUSÃO DA IP2

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)**, **Luís Lopes (PS)**, **Diogo Oliveira (PS)** e **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

Becho
MA

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Este é um ponto que trazemos aqui só para conhecimento. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Ponto n.º 9, quem pretende intervir? -----

Antes, dizer que foi entregue uma moção. -----

"A Bancada do Grupo Parlamentar do PSD e do CDS-PP faz uma recomendação de enviar a proposta de conclusão do IP2 ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministério da Coesão Territorial e ao Sr. Primeiro Ministro, ressaltando que é um assunto importante para o Concelho de Torre de Moncorvo e para a região, uma vez que todo o troço do IP2 foi concluído em toda a extensão do país, exceto neste troço entre a Junqueira e Pocinho. -----

Com a recomendação do Tribunal de Contas Europeu em concluir até 2030 o referido traçado, somos a favor desta solução apresentada pela concessionária." -----

Iremos, depois, votar no final. Iremos agora fazer as discussões. -----

Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

O Tribunal de Contas Europeu recomenda prioridade para completar a Rede Principal Transeuropeia de Transportes até 2030, ressaltando a conclusão do IP2 no Concelho de Torre de Moncorvo. É uma obra estruturante e de grande importância para o nosso concelho, que certamente irá animar a economia local, que tão desesperadamente necessita, como de pão para a boca, de um contributo desta natureza. -----

Devido à irresponsabilidade dos responsáveis autárquicos, já foram perdidos seis meses. Em 2 de janeiro, o assunto foi a reunião de Câmara e as regras não foram cumpridas. O Executivo entendeu que o assunto não tinha que ser submetido à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Tiveram de emendar a mão, e o assunto foi agendado na ordem de trabalhos da reunião passada, de 28 de abril. -----

À semelhança do que aconteceu no Executivo, dezassete membros da Assembleia Municipal, eleitos pela coligação eleitoral PPD-PSD/CDS-PP também mostraram grande irresponsabilidade ao abandonarem a sessão, mas tomaram essa atitude sem previamente apresentarem um projeto, ou um protesto, ou um ponto de ordem à Mesa, manifestando o seu descontentamento face às intervenções do deputado socialista, Diogo Oliveira. O Sr. Presidente da Assembleia também desvalorizou o assunto e entendeu que não era necessário convocar uma reunião extraordinária. -----

Uma infraestrutura rodoviária desta envergadura necessita de estudos prévios de geologia, de arqueologia, aquisição de terrenos, elaboração do projeto, lançamento de concurso público com publicidade internacional, adjudicação da obra, e só depois poderá ser realizada a empreitada. Se as entidades responsáveis pela realização da obra tiverem o mesmo procedimento da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo relativamente às empreitadas que contrata, e que se arrastam sem fim à vista, não são cumpridos os prazos contratados, temo que não teremos o novo troço do IP2. -----

Até 2030 faltam sete anos e meio. Espera-se que a negligência e irresponsabilidade da coligação eleitoral PPD-PSD/CDS-PP não venha pôr em causa o investimento, e que ainda haja tempo para a sua execução e conclusão no tempo que resta. -----

Em defesa dos superiores interesses do concelho, vou votar a favor deste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Lopes:** Uma vez mais, bom dia ou boa tarde. -----

De todos os pontos que hoje foram discutidos aqui na Assembleia, se calhar este é o mais importante. Antes de chegarmos aqui, ninguém sabia se era para votar, se era para tomarmos conhecimento. Já sabíamos que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que era para conhecimento, agora o Sr. Vereador também diz que é para conhecimento. E o Sr. Presidente da Assembleia, o que é que diz? É para conhecimento? É para votar? Muito bem. -----
Mas, repare, em nenhum parágrafo do texto do Ponto n.º 9 somos informados do que é que temos de fazer. Ora, veja lá, não há nada. O que é que vamos fazer? Vamos votar? Vamos tomar conhecimento? Uma questão era essa. -----

Depois, sendo um assunto tão importante, compreendo que o Sr. Presidente da Câmara tenha muito trabalho – e tem, acredito que sim – mas estarmos a discutir um assunto tão importante e não termos presente a pessoa que melhor preparada está para nos poder responder às questões que nós quisermos levantar, estamos a tratar este assunto com uma leviandade que não lembra nem ao menino Jesus. Tudo bem, o Sr. Presidente tem a sua agenda, mas num ponto tão importante não estar presente, sinceramente, a mim trocou-me as voltas, porque eu tenho aqui uma série de questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara, e só ele é que as consegue responder. -----

Portanto, eu peço ao Sr. Presidente da Assembleia, se possível – e acho que é possível – na próxima Assembleia abrir uma exceção – se assim se poderá dizer – para voltarmos a este assunto, porque há questões que eu gostaria de ver respondidas, e que só o Sr. Presidente da Câmara é que me pode responder. Não vale a pena eu estar aqui a fazer as perguntas, ou a si,

h
Cedra
M.

ou ao Sr. Vereador, porque não sabem, não vale a pena. O que eu lhe peço é se posso fazer essas questões depois. -----

Outra questão, os documentos foram-nos enviados a preto e branco, os documentos técnicos – a mim chegaram-me a preto e branco, já vi que ao Sr. Presidente também. Sr. Presidente, veja lá, em relação aos outros documentos da reunião de abril, qual é que tem melhor leitura. É este ou é o anterior? É difícil de perceber aí o traçado. Vamos acreditar que não mudou, desde abril até aqui, eu acredito que não mudou o traçado, mas se nós olharmos para estes documentos a preto e branco, é difícil perceber onde é que vai passar. E se, entretanto, mudou? Acredito que não. -----

Portanto, são estas questões que me parecem pertinentes, mas que estão a ser tratadas de uma maneira leviana. -----

Portanto, mais uma vez lhe peço que este assunto da proposta de conclusão do IP2 volte novamente à Assembleia Municipal, porque há questões, e há perguntas e há respostas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista precisa de saber, e acredito que o Grupo Parlamentar do PSD e CDS também. -----

Era só isto, então. Não vou colocar mais nenhuma questão. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quanto aos documentos, tenho a certeza que são os mesmos documentos de abril, e é fácil de consultar. Se agora está a preto e branco, e em abril estavam a cores, isso é outra coisa. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente, caros membros do Executivo, caros membros desta Assembleia Municipal. -----

Todos sabemos da importância que o IP2 traz para o nosso concelho, e como tudo começou no ano de 1986, ano em que se iniciou a construção do primeiro troço. É fundamental referir que desde 1986 já se passaram mais de trinta anos, e poderiam ser dados mais uns passos, em menos uns meses, caso a atitude antidemocrática por parte da Bancada da Coligação não tivesse sido a que se verificou na última Assembleia Municipal, ignorando a importância de se dar mais um passo crucial na evolução do concelho. -----

Verificaram-se já vários avanços, mas avanços a conta-gotas, e podemos estar agora perante um avanço significativo, que será preponderante para o nosso concelho. -----

Tendo em conta as ocorrências na última Assembleia Municipal, questiona-se mesmo a veracidade da notícia presente no dia 25 de junho de 2023, no Porto Canal, que diz no título “Autarca de Moncorvo apela ao Governo para que inicie troço do IP2 no concelho”, não porque

13
Pedro
M.

não se possa dizer que não o fez, mas pelas ilações que é possível retirar da repudiante atitude antidemocrática, fascista, pré-25 de abril, que apresentou juntamente com os deputados da Coligação e do Presidente da Assembleia Municipal. -----

Sendo realmente fundamental, avancemos com esta questão e tentemos unir-nos em prol do futuro do concelho. -----

Finalizo a minha intervenção dizendo que a proposta contará com o meu apoio, mas é para se fazer, não é à moda da Coligação. Menos “Andrés Venturas” nesta Assembleia Municipal e mais crescimento, mais valor, mais economia e mais democracia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Se é defesa da honra, faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, é preciso relembrar, alguém faltou às aulas de história, fascismo foi em Itália, aí é que foi o fascismo. O fascismo é uma forma de socialismo, tal como o nazismo, o nacional socialismo. Cá houve o Estado Novo, o Estado Novo é legalista, corporativista, mas diferencia-se do fascismo porque não é revolucionário, não pretende que alguém passe por cima de alguém, como numa revolução qualquer. -----

E gostava também, a título de informação, que consta na certidão emitida pelo Município, que o Município deliberou uma proposta, com o seguinte teor. Por isso, se deliberou, não nos cabe a nós deliberar. Por isso, não vamos votar, porque já está deliberado. -----

E essa proposta vem por quê? Porque o Tribunal de Contas Europeu recomendou uma alteração. Tem razão, no segundo ponto estarei cá. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Diogo Oliveira, se quiser intervir, tem três minutos. --

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ser breve. -----

Isso é um facto, falei relativamente à atitude. Mas, no entanto, fascismo, Sr. Deputado, para que perceba – eu não faltei às aulas de história, mas você faltou às aulas de português, porque “fascismo” significa que é uma ideologia política ultranacionalista e autoritária, caracterizada por poder ditatorial e repressão da Oposição por via da força. Tão simples quanto isso, Sr. Deputado. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Já concluiu, Sr. Deputado? Muito obrigado. Sr. Vice-presidente, faça favor. Prescinde? -----

Segunda ronda, quem pretende intervir? Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu queria fazer uma interpelação à Mesa, relativamente à moção que foi apresentada pela coligação PPD-PSD/CDS-PP, porque quero relembrar que na Assembleia de fevereiro de 2022 eu quis apresentar uma moção na ordem do dia, e o Sr. Presidente disse que ia contra o Regimento e contra a legalidade, não permitiu, e eu tive de agendar a moção – aliás, o senhor propôs o agendamento para a sessão de abril. E era uma moção, que eu vou só aqui referir o título, também de extrema importância, na altura, moção intitulada “Contra a construção da unidade industrial transformadora de bagaço na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo”. Penso que o senhor esteja recordado, e que se realmente é democrata como diz e afirma ser, que hoje tenha a mesma postura e a mesma coerência, e trate todos os deputados da mesma forma. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, acho que a moção entrou antes do período de antes da ordem do dia. -----

Mas, voltando ao ponto, que é o que é importante, o Tribunal de Contas Europeu recomendou ao Governo da República Portuguesa que criasse uma solução para o traçado. Nesse seguimento, a concessionária do traçado tem uma proposta. A essa proposta da concessionária, os nossos serviços técnicos – assinado pelo Chefe de Divisão, Jorge Afeto, que diz que concorda com esta alternativa Este. E é só isto que estamos aqui a fazer, é suportar – nós, Assembleia Municipal – a decisão do técnico e do Município, do Executivo, por unanimidade, a enviar a todos os Ministérios que a proposta Este que foi feita pela concessionária para nós é a correta. E é a única coisa que estamos a fazer aqui. Não somos nós, Município, que vamos fazer a proposta de construção do IP2. Não somos donos de obra, por que é que vamos fazer a proposta? Quem faz a proposta tem de ser o dono de obra, que é a Infraestruturas de Portugal. Aliás, se tivessem lido a certidão, também diz que é para enviar à Infraestruturas de Portugal. Isto em relação ao ponto, que é o que é importante. E acho que até já foi enviado – não tenho a certeza disso, mas acho que até já foi enviado, porque da última vez perdemos muito tempo com o que o PS fez neste país, condenou-nos a muita coisa, uma delas ao empobrecimento, especialmente do interior. Perdão pelo aparte. -----

Voltando ao que foi dito sobre o fascismo, já que me chamaram de “fascista”, a mim e a todos os outros, o fascismo, mais uma vez, foi em Itália, e mais uma vez, é um processo revolucionário.

15
Edu
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Bernardo, prescinde? -----
Relativamente à moção, antes de dar a palavra ao Sr. Vice-presidente, eu peço desculpa, a falha foi minha, mas assumo-a: a moção foi entregue antes do início dos trabalhos. Não foi comunicada, e peço desculpa, e pedia ao Grupo Parlamentar do PSD/CDS se retiram, senão vou ter que retirar. Efetivamente, a falha é minha. A falha é minha, a moção foi entregue. Eu não a coloquei a votação na altura, Srs. Deputados, é uma falha. -----
Sr. Vice-presidente. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Concordo com a intervenção do Sr. Deputado Luís João, houve aqui, com certeza, algum esclarecimento. Isto é uma proposta feita pela concessionária; não é feita pela Câmara Municipal, nem pelas Infraestruturas de Portugal, que nem sequer tinha conhecimento desta proposta. Isto foi a concessionária que propôs esta opção. Para não criarmos aqui mais ruído do que aquilo que estava, já que as outras três propostas que tinham sido previamente apresentadas, foram todas recusadas. Nós, para não criarmos aqui um problema, porque queremos o IP2 concluído com a maior celeridade possível, concordamos perfeitamente com a proposta. -----
O que aqui vem agora, e neste momento nem sequer sabemos se o IP já sabe, é para dar conhecimento daquilo que foi proposto, e nós vamos dar conhecimento a todas as entidades que aqui foram mencionadas, repito, para não se criar mais ruído e para uma decisão mais célere por parte das entidades competentes. -----
Só queria esclarecer uma coisa: independentemente do valor, ou não, não depende de nós; depende do seu Governo, do seu Partido. Neste momento, para ser mais célere, depende exclusivamente deles, não depende de nós. E aqui a possibilidade de a janela que se está aqui a querer fechar, com a intervenção do Tribunal de Contas Europeu, é que é a perda da própria concessionária, de perder financiamento que tem – aliás, como já está, de alguma forma, uma vez que foi desclassificado este troço. E ela, por iniciativa própria, é que está a submeter esta proposta, para levar também à IP e aos órgãos competentes de decisão, para ser aprovada. ----
Da nossa parte, em sede de reunião de Câmara, nós concordamos e trazemos aqui para conhecimento. -----
E não falarei mais nada sobre isso. -----
Obrigado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, eu queria só pedir à Mesa que me pudesse esclarecer, depois da intervenção do Sr. Vice-presidente da Câmara, em representação do Sr. Presidente, ele indicou que eu era membro do Governo, o que não é verdade, e que era o meu Governo. Eu penso que depois das eleições, como somos democratas, depois de o Governo

h
Pedro
M.

estar eleito, ele representa todos os portugueses. Ele é sustentado, realmente, pelo meu Partido, mas é o Governo de todos os portugueses. E presumo, como se relaciona com a tutela, que tenha isso bem ciente, para não prejudicar os interesses do concelho. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Faça favor, Sr. Vice-presidente. -----

-----O Vice-Presidente da Câmara Municipal: Sim, embora seja o Governo, não me representa, nem me revejo nele, evidentemente. Aquilo que queria dizer, realmente, é que é o Governo que o senhor apoia, devido à força partidária. Era só isso. Embora seja o Governo de todos os portugueses, foram eleitos, não me revejo em nada das suas políticas. -----

Era só isso. Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Passamos ao Ponto n.º 10, Indicação de um membro da Assembleia Municipal do Grupo Municipal do Partido Socialista representado na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude (artigo 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro). -----

Eu pedia ao Partido Socialista, não sei quem é o Líder do Grupo Parlamentar... Sr. Deputado Luís Lopes, então, faça favor, Sr. Deputado. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da “Proposta de Conclusão do IP2”. -----

PONTO 10 — INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA REPRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONCELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE (ARTIGO 4.º DA LEI N.º 8/2009, DE 18.02)-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado Luís Lopes (PS). -----

-----O Deputado Luís Lopes: Boa tarde, mais uma vez, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados. -----

16
Pedro
M.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai nomear a deputada Sílvia Santos para representar no Conselho Municipal da Juventude. -----

Sr. Vereador, só um aparte: se não se revê em nada, então e as obras? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, deixe lá isso agora. -----

Temos uma intervenção do público. Eu chamava o Sr. Francisco Morais, vai falar ali de cima. Faça favor. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos do artigo 4.º, da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro e da alínea b) do artigo 4.º do Regulamento do Concelho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo, indicou o Deputado: Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos. -----

----- 3 - PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**O Múncipe Francisco Morais:** Bom dia a todos. -----

Eu venho aqui em representação da Norbass, que acho que tem sido um tema debatido várias vezes aqui na Assembleia Municipal, pela parte do Sr. Deputado José Aires. Eu compreendo que ele não conheça a Norbass, ele não conhece porque não vive cá, não está cá, vem cá meia dúzia de vezes por ano, é normal que não conheça, é normal que não saiba o que a Norbass faz em Moncorvo, é normal que não saiba o que fazemos. Cooperamos com as atividades desportivas, com as Férias Desportivas, com as escolas, com vários ??? e indústrias de Moncorvo. -----

Eu só vou explicar, tem toda a razão, eu já sei o que é que me vai dizer, que a Norbass realmente está registada em Bragança. É verdade, Sr. Deputado, mas faz tudo e gasta tudo em Moncorvo. Somos todos de Moncorvo, trabalhamos para Moncorvo, e principalmente na época baixa, tentamos trazer o máximo de gente que conseguimos – vou já informá-lo que, depois de sair daqui, tenho franceses e espanhóis para ir receber, que vêm para aqui consumir, gastar, trazer potencial e valor económico ao nosso território. -----

Mas, repito, acho que toda a gente que aqui está sabe o que é a Norbass; quem não souber, terei todo o gosto de apresentá-la. -----

E está a minha intervenção feita. -----

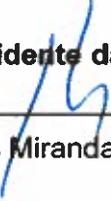
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Francisco Morais. -----

Muito obrigado a todos, e um bom almoço. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Fernanda Silva)